



E-book

**PM PR**

**Resumos Estratégicos**

2025

Olá, futuro(a) policial!

Estamos animados para apresentar a você uma ferramenta indispensável para sua preparação para o concurso da PM-PR: nossos Resumos Estratégicos.

Projetados para maximizar sua eficiência de estudo e potencializar seus resultados, nossos Resumos trazem uma abordagem visual e simplificada, que facilita a compreensão e a memorização dos conteúdos, permitindo que você estude de forma mais rápida e eficaz.

A seleção de conteúdos foi baseada nos assuntos mais cobrados pela banca IBFC nos últimos 3 anos, para cada disciplina. Os resumos abrangem temas muito relevantes das seguintes matérias do concurso: Língua Portuguesa, Raciocínio Matemático, Noções de Informática, História, Geografia, Constituição da República Federativa do Brasil, Direitos Humanos e Legislação.

Oferecendo uma ampla gama de Resumos, que cobrem as diversas áreas do edital, nossos cursos vão além, garantindo que você esteja completamente preparado para enfrentar cada etapa do processo seletivo com confiança e excelência.

Transforme seu estudo em uma experiência totalmente produtiva e eficiente, investindo em sua preparação com nossos Resumos Estratégicos. Caminhe rumo à aprovação no concurso da PM-PR com as melhores ferramentas a seu lado.

Estamos juntos nesta jornada!  
Sucesso nos estudos!

Faça parte do grupo de estudos do Estratégia Concursos no WhatsApp!   
Use o QRCode abaixo e entre agora mesmo no grupo da PM-PR.



# SUMÁRIO

<b>LÍNGUA PORTUGUESA - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO</b>	<b>6</b>
INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	6
RECORRÊNCIA – INFORMAÇÕES CONTIDAS <b>NO TEXTO!</b>	6
INFERÊNCIA (INTERPRETAÇÃO) – INFORMAÇÕES QUE ESTÃO <b>ALÉM DO TEXTO!</b>	6
PRINCIPAIS ERROS NO JULGAMENTO DE ASSERTIVAS	6
<b>RACIOCÍNIO MATEMÁTICO - PROBLEMAS DE LÓGICA + ESTRUTURAS LÓGICAS E EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS</b>	<b>7</b>
ESTRUTURAS LÓGICAS	7
PROPOSIÇÕES LÓGICAS	7
TIPOS DE PROPOSIÇÕES	8
CONNECTIVOS LÓGICOS	9
PRECEDÊNCIA DOS CONNECTIVOS LÓGICOS	14
TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA	14
EQUIVALÊNCIAS MAIS IMPORTANTES	15
NEGAÇÕES MAIS IMPORTANTES	15
EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS	15
MONTAGEM DA TABELA DE ASSOCIAÇÃO LÓGICA	16
PROBLEMAS DE LÓGICA	16
VERDADES E MENTIRAS	17
<b>NOÇÕES DE INFORMÁTICA - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>18</b>
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	18
PRINCÍPIOS	18
PRINCÍPIOS ADICIONAIS	18
CRIPTOGRAFIA	19
AUTENTICAÇÃO	20

## **HISTÓRIA - BRASIL REPÚBLICA 22**

REPÚBLICA VELHA E ERA VARGAS. 22

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889) E REPÚBLICA DA ESPADA (1889-1894) 22

REPÚBLICA VELHA (1894-1930) 24

REVOLTAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1894-1930) 27

ERA VARGAS (1937-1945) 31

## **GEOGRAFIA - POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES 35**

POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES 35

POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES 35

## **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 38**

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS 38

DIREITO À VIDA 38

IGUALDADE MATERIAL 38

LIBERDADE DE EXPRESSÃO 38

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO 39

DIREITO DE REUNIÃO 39

EXTRADIÇÃO 39

HABEAS CORPUS 40

HABEAS DATA 40

MANDADO DE SEGURANÇA 40

MANDADO DE INJUNÇÃO 41

AÇÃO POPULAR 41

DIREITO DE PROPRIEDADE 42

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO 42

TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS 43

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA 43

DIREITO À INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO 43

ESCUSA DE CONSCIÊNCIA 44

SEGURANÇA JURÍDICA	44
SIGILO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS	44
DIREITOS DO PRESO	45
PROVA ILÍCITA	45
USO DE ALGEMAS	46
SIGILO BANCÁRIO	47
<b>DIREITOS HUMANOS - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS</b>	<b>47</b>
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	47
DIREITOS ALBERGADOS	48
PRINCÍPIO DA IGUALDADE	48
PRINCÍPIOS/DIREITOS HUMANOS ESSENCIAIS	49
GARANTIAS PROCESSUAIS DA DUDH	49
DIREITO DE IR E VIR	49
DIREITO DE ASILO	50
DIREITOS TRABALHISTAS	50
DIREITO DE REUNIÃO	51
DIREITO À INSTRUÇÃO	51
DIREITOS CULTURAIS	51
PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	51
DIREITOS ALBERGADOS	52
DIREITO À EDUCAÇÃO	55
<b>LEGISLAÇÃO - LEI Nº 13.869/2019 – LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE</b>	<b>56</b>
DOS SUJEITOS DO CRIME	56
DA AÇÃO PENAL	57
DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO E DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	57
DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	57
DAS SANÇÕES DE NATUREZA CIVIL E ADMINISTRATIVA	58
DOS CRIMES E DAS PENAS	58

## LÍNGUA PORTUGUESA - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

### INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

#### RECORRÊNCIA – INFORMAÇÕES CONTIDAS NO TEXTO!

---

- o O leitor deve buscar no texto aquela informação, sabendo que a resposta estará **escrita com outras palavras**, em forma de paráfrase, ou seja, de uma reescritura, ou de informações implícitas;
- o Principais comandos de questões (enunciado):
  - “**O autor afirma que ...**”;
  - “**De acordo com o texto ...**”;
  - “**No texto ...**”.

#### INFERÊNCIA (INTERPRETAÇÃO) – INFORMAÇÕES QUE ESTÃO ALÉM DO TEXTO!

---

- o O leitor deve fazer **deduções** a partir do texto. O fundamento da dedução será um pressuposto, ou seja, uma pista, vestígios que o texto traz, ou uma informação subentendida, que não está explicitamente marcada no texto, mas é insinuada pelo autor. Deduzir além das pistas do texto é extrapolar;
- o Principais comandos de questões (enunciado):
  - “**É possível deduzir, por meio do texto, que ...**”;
  - “**Qual a intenção do narrador ...**”;
  - “**Conclui-se / Infere-se do texto que ...**”;

#### PRINCIPAIS ERROS NO JULGAMENTO DE ASSERTIVAS

---

- o Extrapolar
  - O texto vai até um limite e o examinador oferece uma assertiva que “vai além” desse limite. **O examinador inventa aspectos que não estão contidos no texto** e o candidato, por não ter entendido bem o texto, preenche essas lacunas com a imaginação, fazendo outras associações, à margem do texto, estimulado pela assertiva errada.
- o Limitar e Restringir
  - É o contrário da extrapolação. **Supressão de informação essencial** para o texto. A assertiva reducionista omite parte do que foi dito ou restringe o fato discutido a um universo menor de possibilidades.

- o Acrescentar opinião
  - O examinador parafraseia parte do texto, mas acrescenta um pouco da sua própria opinião, opinião esta que não foi externada pelo autor. A armadilha dessas afirmativas está em embutir uma opinião que não está no texto, mas está na consciência coletiva, por ser um clichê ou senso comum que o candidato possa compartilhar.
  
- o Contradizer o texto
  - O texto original diz “A” e o texto parafraseado da assertiva errada diz “Não A” ou “B”. Para disfarçar essa contradição, a banca usará muitas palavras do texto, fará uma paráfrase muito semelhante, mas com um vocábulo crucial que fará o sentido ficar inverso ao do texto.
  
- o Tangenciar o tema
  - O examinador cria uma assertiva que aparentemente se relaciona ao tema, mas fala de outro assunto, remotamente correlato. No mundo dos fatos, aqueles dois temas podem até ser afins, mas no texto não se falou do segundo, só do primeiro; então houve fuga ao tema.

## RACIOCÍNIO MATEMÁTICO - PROBLEMAS DE LÓGICA + ESTRUTURAS LÓGICAS E EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS

### ESTRUTURAS LÓGICAS

#### PROPOSIÇÕES LÓGICAS

✓Proposição Lógica é uma frase declarativa, de modo que transmite pensamentos de sentido completo.

✓Exemplos de proposições lógicas:

- ▶ Brasília é a capital do Brasil;
- ▶ Campina Grande é a Rainha da Borborema;
- ▶ A raiz quadrada de dois é um número irracional;
- ▶ Todos os homens são mortais.

✓Não são proposições lógicas:

- ▶ Frases exclamativas: “Meu Deus!”
- ▶ Frases interrogativas: “Você me ama?”
- ▶ Frases imperativas: “Não estude para passar, mas até passar!”
- ▶ Frases sem verbo: “O mundo dos concursos públicos.”
- ▶ Frases abertas: “ $x + 1 = 7$ ”; “Ela é a melhor esposa do mundo.”
- ▶ Frases paradoxais: “Só sei que nada sei.”

Características básicas das proposições:

É uma oração (presença de **sujeito** e **predicado**)

É declarativa

Tem um, e somente um, valor lógico (ou V ou F)

✓Princípios aplicados às proposições:

Princípio da Identidade

• Uma proposição verdadeira é **sempre** verdadeira. Uma proposição falsa é **sempre** falsa.

Princípio da Não Contradição

• Uma proposição **não pode** ser verdadeira e falsa simultaneamente.

Princípio do Terceiro Excluído

• Uma proposição só pode ter um dos dois valores lógicos, isto é, ou é verdadeira (V) ou falsa (F), **não podendo ter outro valor**.

TIPOS DE PROPOSIÇÕES

✓As proposições podem ser classificadas em **simples** ou **compostas**:

Simples

**Não pode ser dividida em proposições menores.**

Ex:  $3 + 1 = 4$ .

Compostas

São duas ou mais proposições **conectadas** entre si, resultando numa única declaração.

Ex: **Se** eu estudar, **então** serei aprovado.

**CONECTIVOS LÓGICOS**

✓ Os conectivos lógicos são elementos que **unem as proposições simples** para formar as proposições compostas.

✓ **Conectivo "e" (conjunção):**

▶  $p \wedge q$  : “Estudar é necessário e ser nomeado é uma glória”.

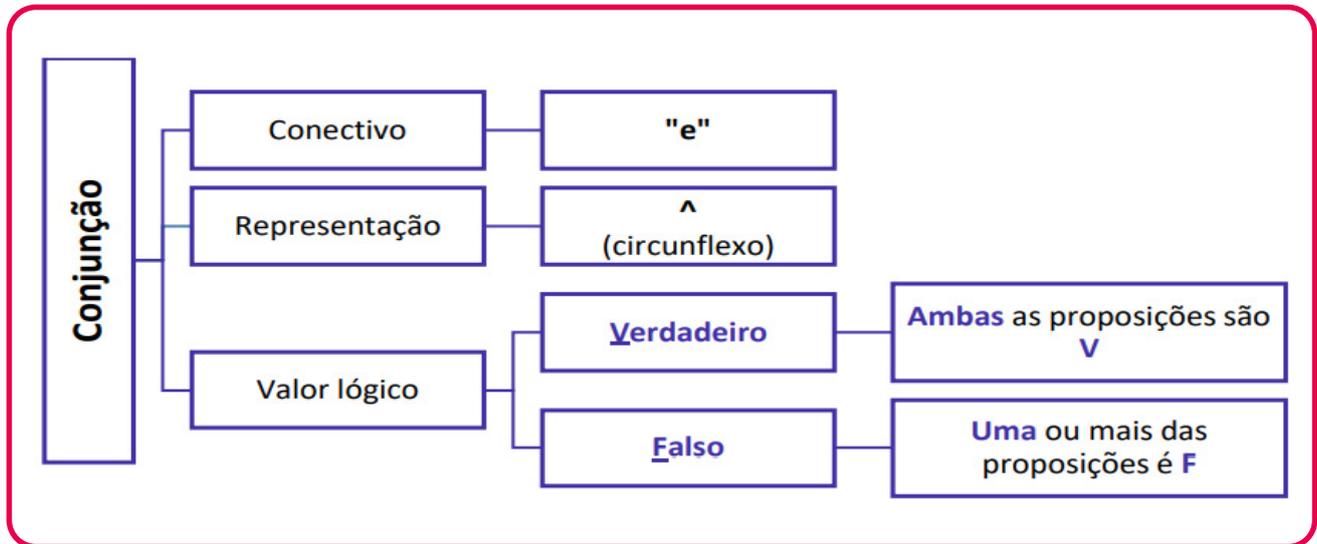


Tabela-Verdade da Conjunção:

<b>p</b>	<b>q</b>	<b>p e q</b>
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

✓ **Conectivo "ou" (disjunção inclusiva):**

▶  $p \vee q$  : “Estudar é necessário ou ser nomeado é uma glória”.

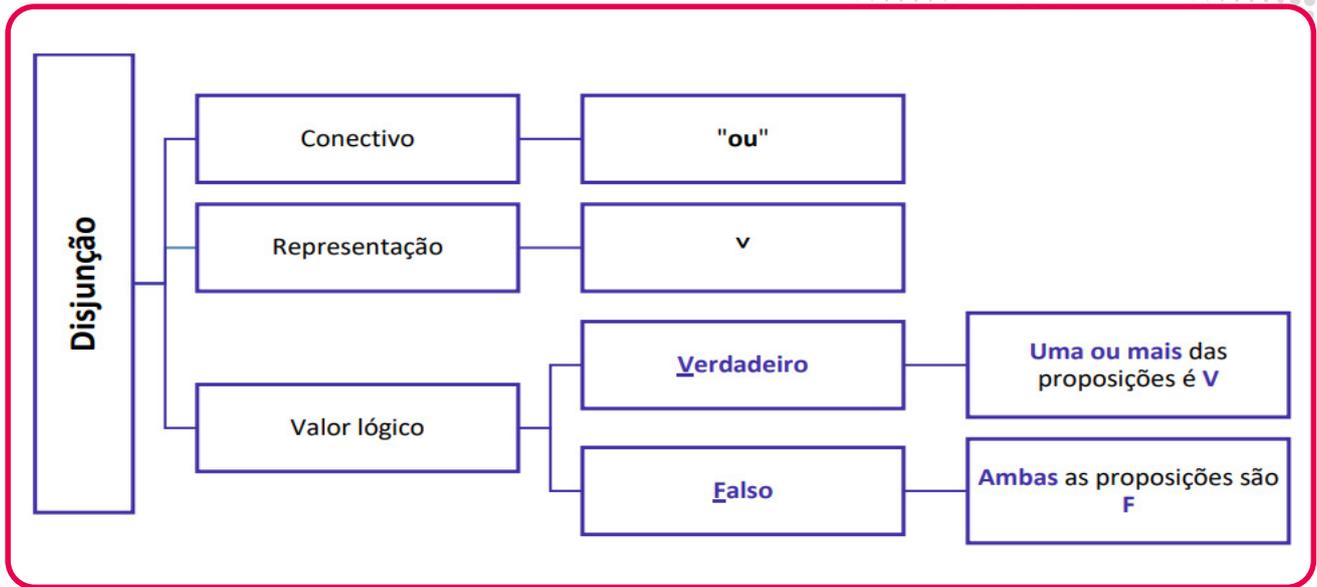


Tabela-Verdade da Disjunção Inclusiva:

p	q	p ou q
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

✓ Conectivo "ou exclusivo" (disjunção exclusiva):

- ▶  $p \underline{v} q$ : "Ou passarei num concurso ou ganharei um bom salário."
- ▶ A ideia é abordar duas informações nas quais apenas uma delas pode acontecer.

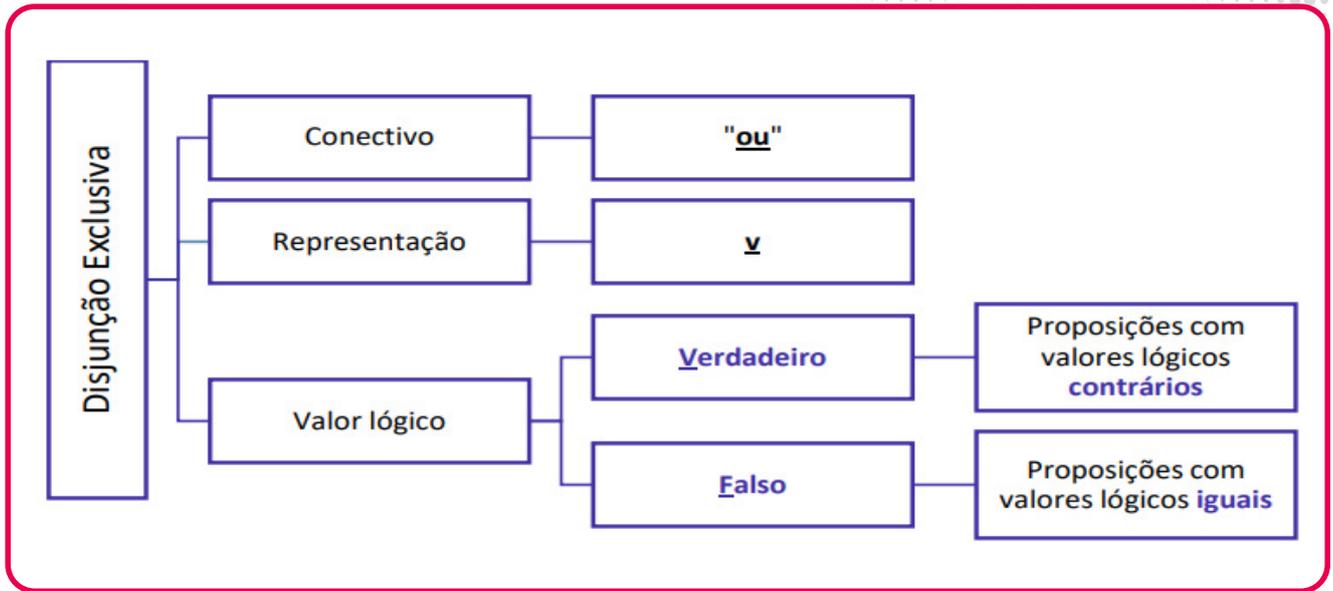


Tabela-Verdade da Disjunção Exclusiva:

p	q	$p \underline{\vee} q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

✓ Conectivo "Se...então" (condicional):

- ▶  $p \rightarrow q$ : Se João é concursado, então Maria é psicóloga.
- ▶ O "Se...então" somente será **FALSO** quando o antecedente for **VERDADEIRO** e o consequente for **FALSO!**

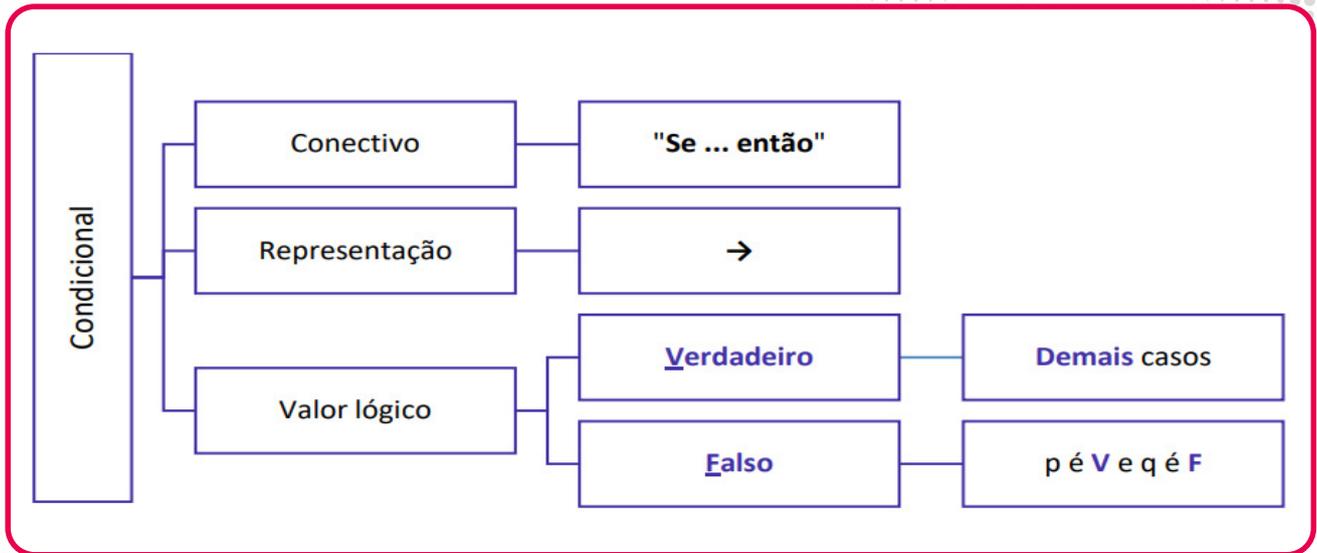


Tabela-Verdade de "Se...então" (condicional):

<b>p</b>	<b>q</b>	<b>p → q</b>
V	V	V
<b>V</b>	<b>F</b>	<b>F</b>
F	V	V
F	F	V

✓Condição Suficiente e Condição Necessária ( $p \rightarrow q$ ):

P é condição suficiente para Q.

Q é condição necessária para P.

✓Conectivo "Se e somente se" (bicondicional):

▶  $p \leftrightarrow q$ : "Pedro gosta de matemática **se e somente se** Rita é estudante de Direito".

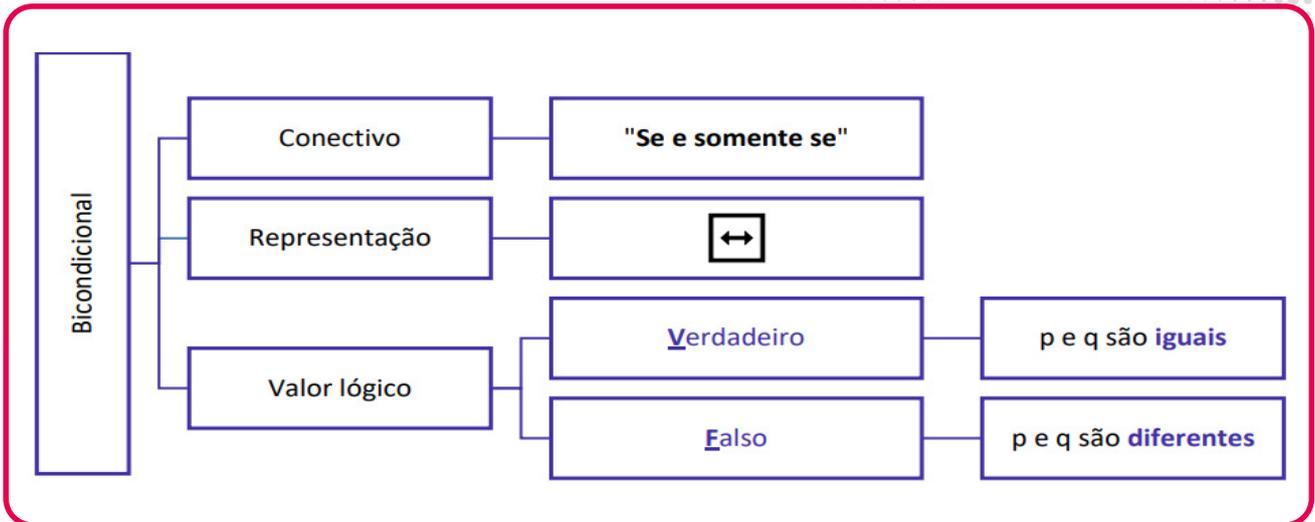


Tabela-Verdade do "Se e somente se" (bicondicional):

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

✓Então MEMORIZE:

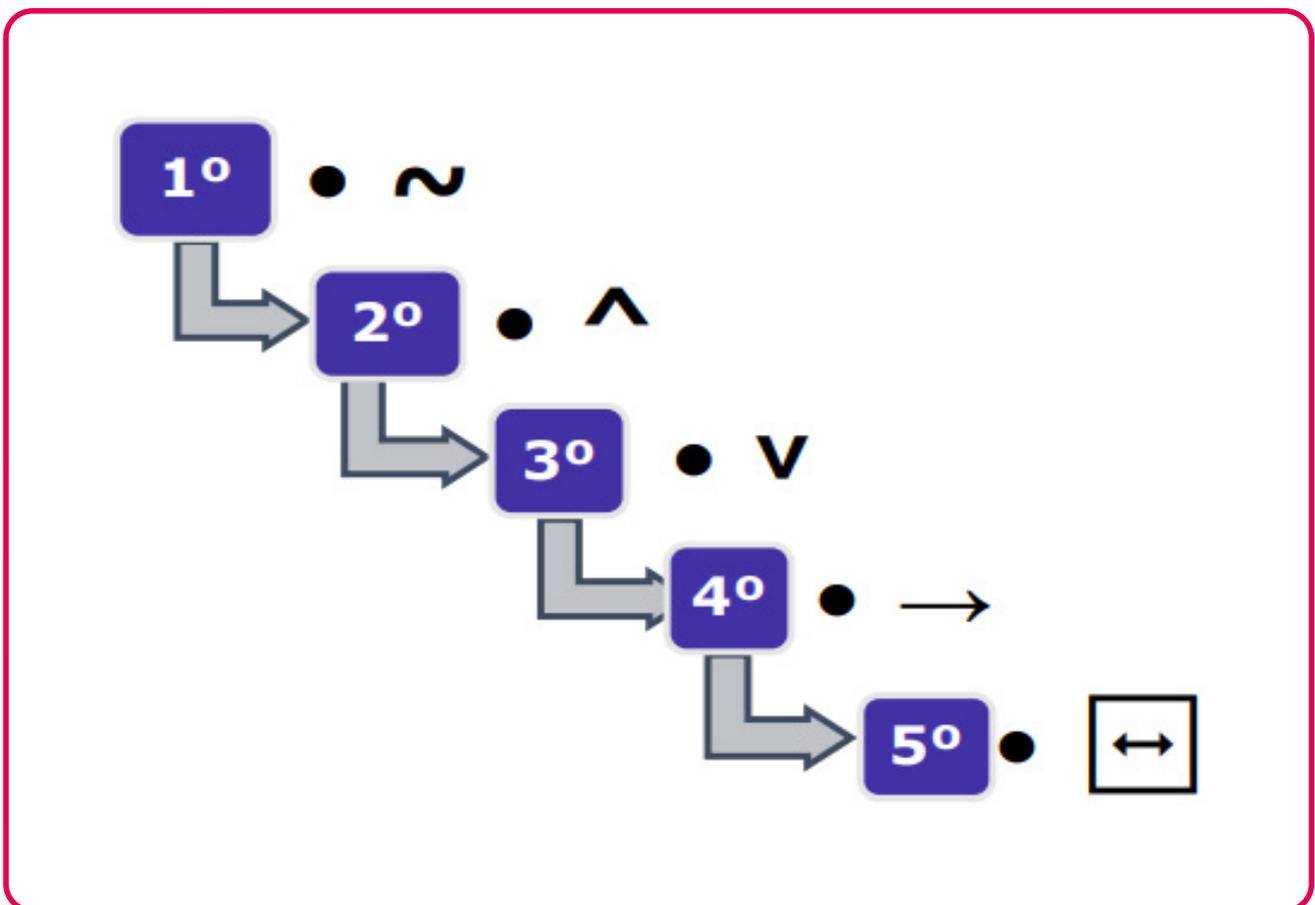
Conectivo	É VERDADE quando...	É FALSO quando
$p \wedge q$	p e q forem, ambos, V	Um dos dois for F, ou ambos
$p \vee q$	Um dos dois for V, ou ambos	p e q forem, ambos, F
$p \underline{\vee} q$	p e q forem diferentes	p e q forem iguais
$p \rightarrow q$	Nos demais casos	p for V e q for F
$p \leftrightarrow q$	p e q forem iguais	p e q forem diferentes

## ✓Operador de Negação:

- ▶ Maria é professora. **Negação:** Maria **não** é professora.
- ▶ Expressões equivalentes para a negação:
  - Não é verdade** que Maria é professora.
  - É falso** que Maria é professora.
  - É mentira** que Maria é professora.

## PRECEDÊNCIA DOS CONECTIVOS LÓGICOS

### ✓Ordem de precedência dos conectivos lógicos:



- ✓Para conectivos iguais, adota-se a convenção de associar os parênteses da direita para a esquerda.
- ✓As operações entre parênteses possuem prioridade.

## TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA

- ✓**Tautologia:** quando a coluna de resultado da tabela-verdade tem **apenas valores V**.
- ✓**Contradição:** quando a coluna de resultado da tabela-verdade tem **apenas valores F**.
- ✓**Contingência:** quando a coluna de resultado da tabela-verdade tem valores **V e F**.

## EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS

### EQUIVALÊNCIAS MAIS IMPORTANTES

---

- o  $p \rightarrow q \Leftrightarrow \sim p \vee q$ 
  - Deve-se negar a primeira parte da proposição e trocar o conectivo “Se... então” pelo conectivo “OU”.
  - Exemplo:
    - Afirmação: Se viajo, então acordo cedo.
    - Equivalente: **Não** viajo **ou** acordo cedo
- o  $p \rightarrow q \Leftrightarrow \sim q \rightarrow \sim p$ 
  - Deve-se negar as duas partes e interver as posições das proposições obtidas.
  - Exemplo:
    - Afirmação: Se viajo, então acordo cedo.
    - Equivalente: Se **não** acordo cedo, então **não** viajo

### NEGAÇÕES MAIS IMPORTANTES

---

- o 1ª Lei de De Morgan
  - Conectivo E
    - Deve-se negar as duas proposições simples que a compõe e trocar o conectivo “E” pelo “OU”.
    - Equação:  $\sim (p \wedge q) \Leftrightarrow (\sim p) \vee (\sim q)$
    - Exemplo:
      - Afirmação: Rodrigo está doente **e não** foi trabalhar.
      - Negação: Rodrigo **não** está doente **ou** foi trabalhar.
- o 2ª Lei de De Morgan
  - Conectivo **OU**
    - Deve-se negar as duas proposições simples que a compõe e trocar o conectivo “OU” pelo “E”.
    - Equação:  $\sim (p \vee q) \Leftrightarrow (\sim p) \wedge (\sim q)$
    - Exemplo:
      - Afirmação: Vou à festa **ou não** me chamo Guilherme.
      - Negação: **Não** vou à festa **e** me chamo Guilherme.

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

- o Negação de “E” com “Se... então”
  - Deve-se manter a primeira parte, trocar o “E” pelo “Se... então” e negar a segunda parte.
  - Equação:  $\sim (p \wedge q) \Leftrightarrow p \wedge (\sim q)$
  - Exemplo:
    - Afirmação: Ando **e** pulo.
    - Negação: **Se** ando **então não** pulo.
  
- o Negação de “Se... então” com “E”
  - Deve-se manter a primeira parte, trocar o “Se... então” pelo “E” e negar a segunda parte.
  - Equação:  $\sim (p \rightarrow q) \Leftrightarrow p \wedge (\sim q)$
  - Exemplo:
    - Afirmação: **Se** surfo **então** sou feliz.
    - Negação: Surfo **e não** sou feliz.

## PROBLEMAS DE LÓGICA

### MONTAGEM DA TABELA DE ASSOCIAÇÃO LÓGICA

- Nas questões que versam sobre Associações Lógicas, são várias características que precisamos associar. Para conseguir responder esse tipo de questão com tranquilidade, **é necessária uma estratégia**.
- Observe que a quantidade de informações fornecidas normalmente é muito grande, se tentarmos ir guardando-as na cabeça, **é muito provável que vamos nos atrapalhar**.
- No intuito de sanar essa dificuldade, **usaremos tabelas simples**. Por exemplo, podemos montar uma tabela com **quatro parâmetros que queremos associar**: amigo, altura, esporte que pratica e cor do cabelo. Observe:

Amigo	Esporte	Cabelo	Altura
Pedro	Futebol	Moreno	Mais baixo
José	Natação	Ruivo	Média
Antônio	Voleibol	Loiro	Mais alto

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Com a tabela completa, é possível chegar a algumas conclusões, tais como:

- A) Pedro é moreno e José pratica natação.
- B) José é ruivo e Antônio pratica voleibol.
- C) Antônio é o mais alto e Pedro é moreno.
- D) Antônio pratica voleibol e José é ruivo.
- E) Pedro é moreno e Antônio pratica voleibol.

### VERDADES E MENTIRAS

---

1. Procure por afirmações que **não podem ser verdadeiras simultaneamente**. Exemplos para desconfiar:

José: X é Y. João: X não é Y.
----------------------------------

José: X é Y. João: José está mentindo.
---

2a. Caso  **você encontre** esse tipo de afirmação na sua questão:

- **Suponha** que um dos dois está mentindo.
- Observe as **implicações** que isso acarretará.
- Julgue se as implicações estão **dentro do que foi proposto no enunciado**. Se não estão, você fez uma **suposição equivocada** e quem era mentiroso na realidade está dizendo a verdade. Se estão, você fez uma **suposição correta**, o mentiroso é realmente quem você selecionou para ser.
- Sabendo quem falou a verdade e quem mentiu, faça as conclusões pertinente à questão.

2b. Caso  **você não encontre**:

- Sem perda de generalidade, **escolha qualquer pessoa** para ser o mentiroso.
- Observe as **implicações** que isso acarretará.
- Julgue se as implicações estão **dentro do que foi proposto no enunciado**. Se não estão, você fez uma **suposição equivocada** e quem era mentiroso na realidade está dizendo a verdade. Se estão, você fez uma **suposição correta**, o mentiroso é realmente quem você selecionou para ser.
- Faça as conclusões pertinentes e **observe se já é possível marcar uma alternativa**. Caso não seja possível, **faça uma nova suposição e repita os passos acima**.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

### SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

#### PRINCÍPIOS

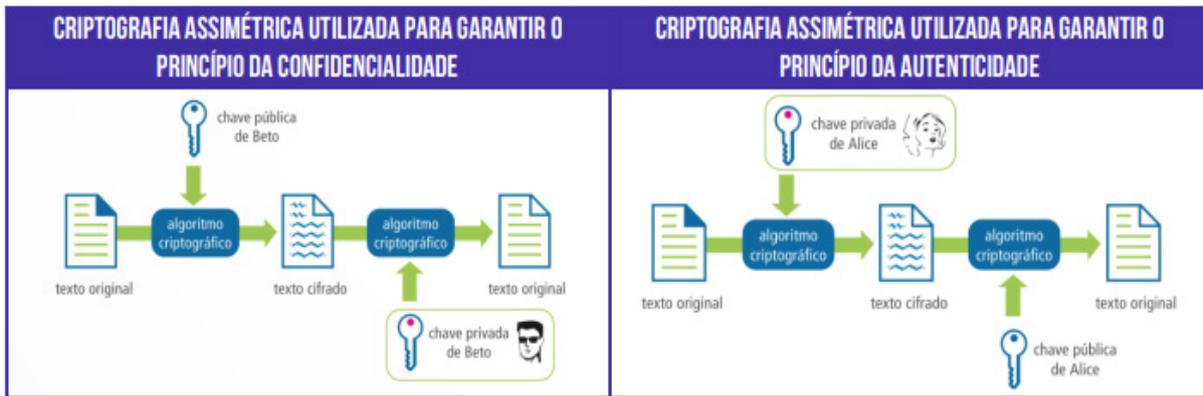
PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA	DESCRIÇÃO
CONFIDENCIALIDADE	Capacidade de um sistema de não permitir que informações estejam disponíveis ou sejam reveladas a entidades não autorizadas – incluindo usuários, máquinas, sistemas ou processos.
INTEGRIDADE	Capacidade de garantir que a informação manipulada está correta, fidedigna e que não foi corrompida – trata da salvaguarda da exatidão e completude da informação.
DISPONIBILIDADE	Propriedade de uma informação estar acessível e utilizável sob demanda por uma entidade autorizada.

#### PRINCÍPIOS ADICIONAIS

PRINCÍPIOS ADICIONAIS	DESCRIÇÃO
AUTENTICIDADE	Propriedade que trata da garantia de que um usuário é de fato quem alega ser. Em outras palavras, ela garante a identidade de quem está enviando uma determinada informação.
IRRETRATABILIDADE	Também chamada de Irrefutabilidade ou Não-repúdio, trata da capacidade de garantir que o emissor da mensagem ou participante de um processo não negue posteriormente a sua autoria.

**CRIPTOGRAFIA**

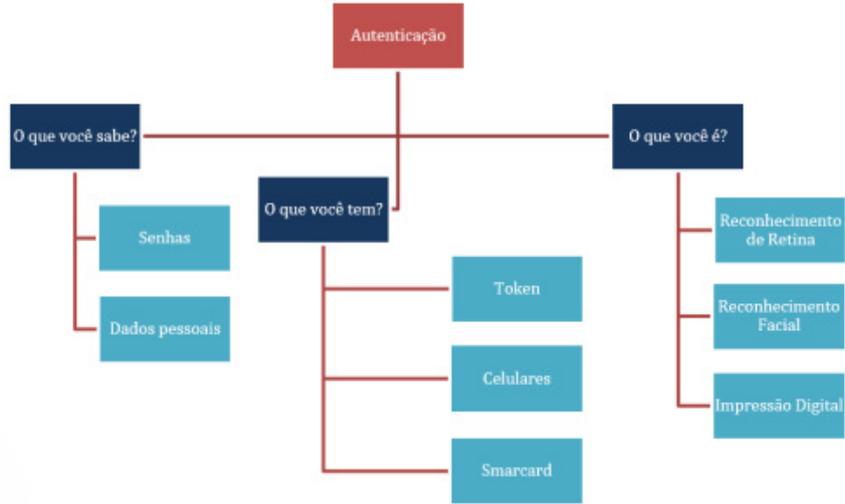
TIPO DE CRIPTOGRAFIA	DESCRIÇÃO
<b>CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA (CHAVE SECRETA)</b>	Utiliza um algoritmo e uma única chave secreta para cifrar/decifrar que tem que ser mantida em segredo.
<b>CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA (CHAVE PÚBLICA)</b>	Utiliza um algoritmo e um par de chaves para cifrar/decifrar – uma pública e a outra tem que ser mantida em segredo.
<b>CRIPTOGRAFIA HÍBRIDA (CHAVE PÚBLICA/SECRETA)</b>	Utiliza um algoritmo de chave pública apenas para trocar chaves simétricas – chamadas chaves de sessão – de forma segura. Após a troca, a comunicação é realizada utilizando criptografia simétrica.



O emissor criptografa o texto original com a chave pública do receptor de forma que somente ele consiga descriptografá-lo com sua chave privada para visualizar o texto original.

O emissor criptografa o texto original com sua chave privada de forma que o receptor possa descriptografá-lo com a chave pública do emissor.

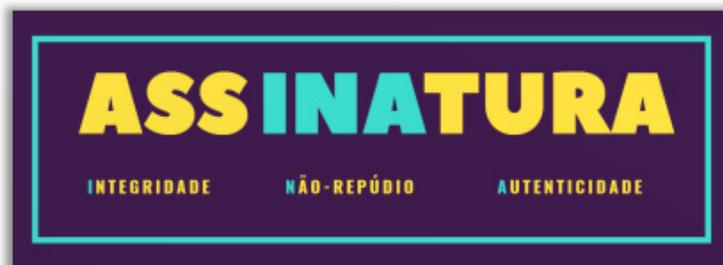
**AUTENTICAÇÃO**



MÉTODOS DE AUTENTICAÇÃO	DESCRIÇÃO
O QUE VOCÊ SABE?	Trata-se da autenticação baseada no conhecimento de algo que somente você sabe, tais como: senhas, frases secretas, dados pessoais aleatórios, entre outros.
O QUE VOCÊ É?	Trata-se da autenticação baseada no conhecimento de algo que você é, como seus dados biométricos.
O QUE VOCÊ TEM?	Trata-se da autenticação baseada em algo que somente o verdadeiro usuário possui, tais como: celulares, crachás, Smart Cards, chaves físicas, tokens, etc.

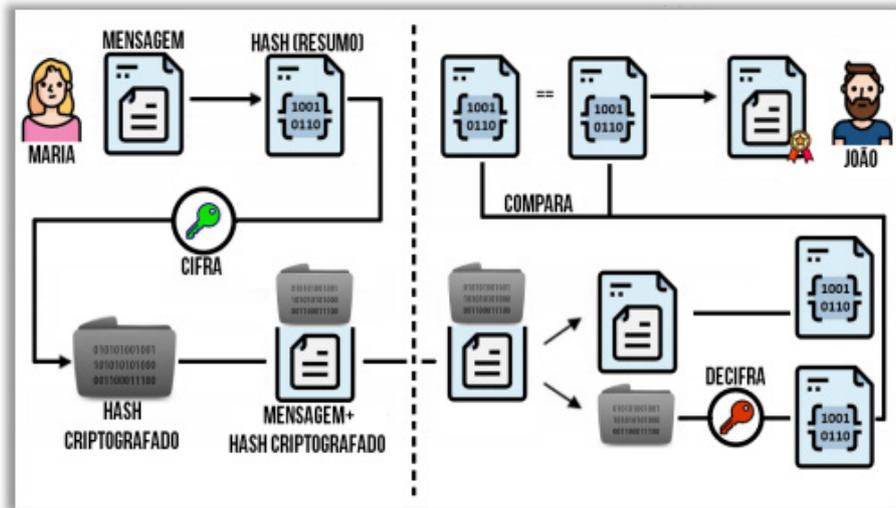
**AUTENTICAÇÃO FORTE**

Trata-se de um tipo de autenticação que ocorre quando se utiliza pelo menos dois desses três métodos de autenticação. Um exemplo é a Autenticação em Dois Fatores (ou Verificação em Duas Etapas).



**ASSINATURA DIGITAL**

Trata-se de um método de autenticação de informação digital tipicamente tratada como substituta à assinatura física, já que elimina a necessidade de ter uma versão em papel do documento que necessita ser assinado. Por meio de um Algoritmo de Hash, é possível garantir a integridade dos dados.



**FUNCIONAMENTO DA ASSINATURA DIGITAL**

Maria possui uma mensagem em claro (sem criptografia). Ela gera um hash dessa mensagem, depois criptografa esse hash utilizando sua chave privada. Em seguida, ela envia para João tanto a mensagem original quanto o seu hash. João gera um hash da mensagem original e obtém um resultado, depois descriptografa o hash da mensagem utilizando a chave pública de Maria e obtém outro resultado. Dessa forma, ele tem dois hashes para comparar: o que ele gerou a partir da mensagem em claro e o que ele descriptografou a partir da mensagem criptografada. Se forem iguais, significa que Maria realmente enviou a mensagem, significa que ela não pode negar que enviou a mensagem e, por fim, significa que a mensagem está íntegra.

**CERTIFICADO DIGITAL**

Certificado Digital é um documento eletrônico assinado digitalmente por uma terceira parte confiável – chamada Autoridade Certificadora – e que cumpre a função de associar uma entidade (pessoa, processo, servidor) a um par de chaves criptográficas com o intuito de tornar as comunicações mais confiáveis e auferindo maior confiabilidade na autenticidade. Ele é capaz de garantir a autenticidade, integridade e não-repúdio, e até confidencialidade.

TIPO	GERAÇÃO DO PAR DE CHAVES	TAMANHO DA CHAVE (BITS)	ARMAZENAMENTO	VALIDADE (ANOS)
CERTIFICADO A1/S1	POR SOFTWARE	RSA 1024 OU 2048	DISCO RÍGIDO (HD) E PENDRIVE	1
CERTIFICADO A2/S2	POR SOFTWARE	RSA 1024 OU 2048	SMARTCARD (COM CHIP) OU TOKEN USB	2
CERTIFICADO A3/S3	POR HARDWARE	RSA 1024 OU 2048	SMARTCARD (COM CHIP) OU TOKEN USB	5
CERTIFICADO A4/S4	POR HARDWARE	RSA 2048 OU 4096	SMARTCARD (COM CHIP) OU TOKEN USB	6

## HISTÓRIA - BRASIL REPÚBLICA

### REPÚBLICA VELHA E ERA VARGAS.

#### PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889) E REPÚBLICA DA ESPADA (1889-1894)

- Em 15 de novembro de 1889, formou-se o governo provisório republicano, responsável por dirigir o país com o fim da monarquia. Esse governo foi organizado por militares, cafeicultores e profissionais liberais, liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.
- As primeiras medidas adotadas por Deodoro foram: instituição do **federalismo** (as províncias foram transformadas em estados com maior autonomia administrativa); localizada no Rio de Janeiro, a sede do governo federal recebeu o nome de **Distrito Federal** e passou a ser a capital da República; ocorreu a separação entre o Estado e a Igreja (fim do regime do **padroado**, por meio do qual o Estado controlava a Igreja Católica); criação do **regime civil de nascimento** e do **casamento civil** (até então, existia somente a certidão de batismo e o casamento só poderia acontecer na Igreja); criação de novos símbolos nacionais (nova bandeira em substituição à bandeira monárquica, com o lema **positivista** “Ordem e Progresso”) e a promulgação da lei da grande naturalização (estabelecida em 1890, declarava cidadãos brasileiros os estrangeiros residentes no Brasil).
- Durante o Governo Provisório, instituiu-se a chamada **Política do Encilhamento** pelo então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, a partir de janeiro de 1890. O nome se deve, possivelmente, porque tal reforma produziu um movimento intenso na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, o qual lembrava o Jockey Club em dias de corrida. Seus investidores eram comparados a apostadores.
- A reforma procurava estimular o crescimento econômico e desenvolver a indústria, para isso, o governo permitiu que os bancos da Bahia, SP, RJ e Rio Grande do Sul emitissem grande quantidade de moeda, cujas garantias (**lastro**) eram os títulos de dívida pública.
- Contudo, a grande quantidade de dinheiro que passou a circular não representava a produção real da economia, o que gerou uma intensa **inflação** (aumento generalizado dos preços). Além disso, com o grande volume de dinheiro emitido (também chamado de **crédito**), surgiram as chamadas “empresas-fantasma”, as quais apareceram somente para conseguir o crédito facilitado e, posteriormente, declarar falência.
- Nesse cenário, muitos cafeicultores protestaram contra a política econômica, uma vez que tais medidas não os interessavam por darem maior atenção à indústria do que ao café. Pressionado, Rui Barbosa se demitiu em janeiro de 1891.
- A partir de 15 de novembro de 1890,

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

reuniu-se no RJ a Assembleia Constituinte, com o intuito de elaborar uma nova Constituição, dessa vez republicana, que foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Dentre suas principais características, temos: Governo **Presidencialista** e Estado **Federalista**; **divisão dos poderes** (Executivo, Legislativo e Judiciário independentes, com a exclusão do Poder Moderador, presente na Constituição de 1824); direito de voto aos brasileiros maiores de 21 anos, **exceto** os analfabetos, mendigos, soldados, religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e mulheres. O voto era **aberto**, ou seja, os eleitores deveriam revelar em quem estavam votando, sofrendo pressões de grandes fazendeiros no momento do voto.

- Após a elaboração da Constituição, a Assembleia Constituinte foi transformada em Congresso Nacional, responsável por eleger o primeiro presidente e o vice-presidente da República. Nas eleições de 1891, concorreram Prudente de Moraes para presidente e Floriano Peixoto para vice, com o apoio da oligarquia cafeeira paulista, e os setores militares insistiram na candidatura de Deodoro da Fonseca e do almirante Eduardo Wandenkolk, como presidente e vice, respectivamente.
- A vitória ficou com Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, de chapas distintas. Contudo, Deodoro não possuía apoio político suficiente para governar o país. Decidiu, em novembro de 1891, fechar o Congresso e prender seus principais líderes, mas a oposição política se organizou e protestou contra o autoritarismo do presidente. Membros da Marinha, sob

a liderança do almirante Custódio José de Melo, ameaçavam bombardear o RJ com os navios de guerra ancorados no porto. Esse fato ficou conhecido como a **Primeira Revolta da Armada**. Em meio a isso, Deodoro renunciou à presidência em 23 de novembro de 1891, e o cargo foi ocupado pelo seu vice, Floriano Peixoto.

- Com o apoio das forças políticas de São Paulo e por influentes setores das forças armadas, Floriano chegou ao poder e instituiu, entre suas primeiras medidas, o afastamento de chefes de governo estadual indicados por Deodoro e a reabertura do Congresso Nacional. Ademais, estimulou a industrialização do Brasil por meio da facilitação da importação de equipamentos industriais e de financiamento para empresários da indústria. Tal medida ocasionou uma reação negativa dos fazendeiros tradicionais do país.
- Floriano possuía atitudes autoritárias em seu governo, dessa forma, seu governo passou a sofrer oposição política, a qual alegava que novas eleições deveriam ser convocadas, como previa a Constituição. Porém, Floriano permaneceu no mandato até o seu final, em 1894. Ele ficou conhecido, por conta de sua forma enérgica de lidar com os adversários, como **Marechal de Ferro**. O governo que iniciou com Deodoro e terminou com Floriano é conhecido como **República da Espada** (em razão do governo militar).
- A oposição ao governo de Floriano continuou existindo, o que ocasionou a **Segunda Revolta da Armada**. Em março de 1892, 13 generais enviaram uma

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

carta-manifesto ao presidente, exigindo a convocação de novas eleições. Ao receber o documento, Floriano puniu os militares, afastando-os das forças armadas. No RJ, Custódio José de Melo liderou o segundo levante, em setembro de 1893, quando 15 navios bombardearam o RJ. Com o apoio do Partido Republicano Paulista (liderado pelos cafeicultores de SP) e do exército, o governo dominou os revoltosos.

- Floriano também enfrentou, no mesmo ano, um conflito entre dois grupos políticos: o Partido Republicano Rio-Grandense (apelidados de **pica-paus**) e o Partido Federalista (apelidados de **maragatos**). O primeiro defendia um governo republicano com sistema presidencialista; o segundo partido também defendia um governo republicano, mas com sistema parlamentarista.
- Os federalistas estavam insatisfeitos com o governo (após a renúncia de Deodoro) e se mostravam contrários ao

sistema **presidencialista**. Dessa forma, desejavam a deposição do republicano Júlio de Castilho (eleito Presidente do Estado do RS) e ansiavam por um governo **parlamentarista**, sobretudo, para a descentralização do poder. Os federalistas, por sua vez, estavam do lado de **Floriano** e acreditavam no nacionalismo, na consolidação do sistema republicano (desde a Proclamação da República em 1889), na centralização do poder e na modernização do país.

- Esse episódio ficou conhecido como **Revolução Federalista** e terminou somente em 1895, já na presidência de Prudente de Moraes, deixando um saldo de mais de 10 mil mortos. Ao contrário de Floriano, Prudente ficou conhecido como “Pacificador” e assinou um tratado de paz com os maragatos, em 23 de agosto de 1895, estabelecendo a derrota definitiva dos maragatos pelos pica-paus.

### REPÚBLICA VELHA (1894-1930)

---

- Esse período também é conhecido como **República das Oligarquias** (por conta de o poder estar centrado nas mãos de grandes proprietários de terras, os fazendeiros, também conhecidos como **coronéis**: oligarquia = governo de poucos), **Primeira República** (denominação utilizada por Boris Fausto) e **República do Café com Leite** (em referência ao predomínio de políticos de SP e MG, grandes produtores de café e leite). Esse sistema de dominação nas mãos dos coronéis ficou conhecido como **coronelismo**.
- A força dos coronéis era tamanha que chegava, também, às cidades, e os principais empregos e cargos estavam submetidos à sua influência pessoal. A maioria das pessoas procurava se aproximar dos coronéis para conseguir favores, o que caracterizava uma relação de **clientelismo** (prática de premiar, com favores, o grupo de pessoas que demonstrava fidelidade política aos coronéis).
- Durante a Primeira República, a política funcionava em um sistema de troca de favores. A economia, por sua vez, era composta pela agricultura exportadora, sobretudo cafeeira; nesse período também ocorreu o desenvolvimento da indústria.

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

- Nesse sistema de favores, os coronéis também exigiam que os eleitores votassem naqueles candidatos que eles indicassem (para governador, prefeito, vereador, presidente da república, deputados e senadores). As pessoas que se negassem estavam sujeitas à violência dos **jagunços** (capangas que trabalhavam nas fazendas e perseguiam os inimigos do coronel).
- Durante as eleições, que eram abertas, os jagunços controlavam os votos de cada pessoa. Tal prática, do voto aberto dado sob pressão, ficou conhecida como **voto de cabresto**. Além dessa prática, existia também as fraudes eleitorais: documentos falsificados para menores de idade e analfabetos votarem, pessoas que haviam falecido eram inscritas como eleitoras (o chamado **eleitorado fantasma**), urnas eram violadas e votos eram adulterados.
- O coronel mais poderoso em cada município ou região firmava alianças com outros fazendeiros para eleger o governador do estado. Em troca, o governador retribuía o apoio destinando verbas para a construção de obras nos municípios por eles controlados. Em razão de tais alianças, o poder político dos estados permanecia nas mãos de um mesmo grupo político. Ao final de cada mandato, o governador passava o poder para um parente ou correligionário.
- Campos Sales, fazendeiro e político paulista, foi o segundo presidente civil e um dos principais responsáveis pelas alianças entre governadores de estado e governo federal. Tal sistema de alianças é conhecido como **política dos governadores**, que consistia na troca de favores entre os governadores de estado, que apoiavam o governo federal elegendo deputados federais e senadores favoráveis ao presidente. Em troca, o presidente apoiava os governadores concedendo verbas, empregos e favores para seus aliados políticos.
- Nesse período, não existia a justiça eleitoral independente. Contudo, no Congresso existia a **Comissão Verificadora** das eleições, responsável pelo julgamento eleitoral. Embora fosse um órgão do Poder Legislativo, a Comissão trabalhava a serviço do presidente da República e distorcia, na prática, resultados das urnas, aprovando nomes de deputados e senadores que apoiavam o governo. Além disso, era comum colocar obstáculos ao reconhecimento da vitória de candidatos opositores, sendo assim, muitos desses nomes eram eliminados do cenário político, prática esta que ficou conhecida como a **degola**.
- Por meio dessas alianças e fraudes, as oligarquias rurais se mantiveram no poder durante grande parte da Primeira República. Quase todos os presidentes desse período foram eleitos com o apoio dos paulistas ligados ao PRP (Partido Republicano Paulista) e dos mineiros ligados ao PRM (Partido Republicano Mineiro). Neste sentido, SP era o primeiro estado que mais produzia café, enquanto MG era o segundo em café e se destacava, também, pela produção de leite. Daí vem o nome **Política do Café com Leite**.
- Nesse período, tivemos como presidentes: Prudente de Moraes (1894-1898, paulista); Campos Sales (1898-1902, paulista); Rodrigues Alves (1902-1906, paulista); Afonso Pena (1906-1909, mineiro, faleceu antes de terminar o mandato); Nilo Peçanha (1909-1910, fluminense); Hermes da Fonseca (1910-1914, gaúcho); Venceslau Brás (1914-1918, mineiro); Rodrigues Alves (1918, paulista, faleceu antes de tomar posse); Delfim Moreira (1918-1919, mineiro, governou interinamente até a realização de novas eleições); Epitácio Pessoa (1919-1922, paraibano); Artur Bernardes (1922-1926, mineiro);

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Washington Luís (1926-1930, nasceu no RJ, mas foi político paulista de carreira).

- Ao longo desses anos, o produto mais vendido para o exterior foi o café (mais de 50% dos lucros nas exportações). Diante dessa euforia com os lucros, os cafeicultores aumentaram desmedidamente as plantações. Contudo, tal medida ultrapassou a necessidade de consumo do produto e a economia passou a enfrentar crises de **superprodução**, dado que a oferta de café era maior do que a procura. Como resultado, os preços do produto caíram e muitos estoques da mercadoria foram acumulados.
- Para tentar solucionar tal problema, em 1906, ocorreu o **Convênio de Taubaté**, com a finalidade de solucionar a crise de superprodução. Nessa reunião, os fazendeiros propuseram que o governo federal comprasse o excedente de café produzido, que seria estocado para ser vendido quando os preços normalizassem. Para realizar a compra, o governo federal faria empréstimos no exterior. Isso garantia que o preço do café não iria cair e os cafeicultores não teriam prejuízos. Os estoques do governo federal, por sua vez, só aumentavam e nunca aparecia a oportunidade de vendê-los ao mercado externo.
- Outro produto que alcançou grande prestígio foi a borracha, obtida por meio do látex extraído de seringueiras da Amazônia. Era a matéria-prima para a confecção de pneus. Contudo, tal esplendor durou cerca de três décadas, entre 1891 e 1918. A dificuldade de acesso aos seringais aumentava os custos de transporte, e os preços da borracha, por conseguinte, também aumentavam. Diante disso, a demanda do produto era maior do que a oferta, o que estimulou países como a Inglaterra e a Holanda a investirem no cultivo de seringais na Malásia e Indonésia, por exemplo. A partir da década de 1920, a borracha brasileira quase não tinha lugar no mercado internacional.
- Durante a Primeira República, o Brasil foi um dos países que mais recebeu imigrantes (tanto europeus quanto asiáticos). Estima-se que vieram mais de 3,5 milhões de imigrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida, sendo a maioria de italianos, portugueses e espanhóis. Além desses, grupos menores, compostos por japoneses, alemães, russos, lituanos e austríacos, também desembarcaram no Brasil, sendo o estado de SP o que recebeu a maior quantidade, cerca de 57% do total. Em partes, isso se explica devido à propaganda no exterior, que divulgava a concessão de passagens e alojamento aos imigrantes, além da expansão cafeeira.
- Muitos produtores de café passaram a investir na indústria, a qual cresceu significativamente entre 1889 e 1920. Isso se deu em virtude da busca pela substituição das importações ao Brasil, sobretudo durante a Primeira Guerra (1914-1918), que dificultou a exportação, fazendo com que a indústria brasileira se desenvolvesse. De início, ela se inseriu na fabricação de tecidos, calçados, materiais de construção, alimentos e móveis. O setor industrial empregava um número elevado de operários, o que mudou a configuração social do Brasil, sobretudo a das cidades e centros urbanos.
- Diante das condições de trabalho desgastantes (jornada de 15h por dia, de segunda a sábado; baixos salários; não existia o salário mínimo, o direito a férias, o pagamento de horas extras ou uma legislação trabalhista; condições físicas ruins das indústrias, com pouco espaço e ambientes mal arejados; acidentes de trabalho, dentre outros), os operários passaram a se organizar por meio de sindicatos pela luta por direitos trabalhistas e sociais.
- Dentre as principais correntes políticas que influenciavam os trabalhadores, havia a **anarquista** (ausência de poder centralizado nas mãos de uma pessoa, defesa de uma sociedade que funcione

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

pela cooperação e solidariedade), a **corrente católica** (procurava afastar os trabalhadores da influência anarquista e socialista) e o **sindicalismo** (defendia a greve como principal instrumento de luta dos operários).

- Nesse sentido, ficou famosa a **Greve Geral de 1917**, organizada no mês de julho, na cidade de São Paulo. Ocorreu em razão do descontentamento dos operários com as condições de trabalho. Ocorreram passeatas e conflitos com a polícia, um sapateiro anarquista, José Martinez, morreu baleado em 09 de julho de 1917. Tal evento ampliou as manifestações, paralisando as fábricas de SP e de outras regiões do Brasil. Diante de tal amplitude, o governo e os industriais resolveram negociar melhores condições de trabalho, além de não punirem os grevistas, o que não foi cumprido. Para o governo, os protestos deveriam ser reprimidos por meio de violência policial. Em 1922, com o apoio de operários, foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB), colocado na ilegalidade após sua fundação, mas continuou a existir de forma clandestina.



### REVOLTAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1894-1930)

- Em meio a esse cenário, uma série de revoltas aconteceu com o objetivo de contestar a miséria da sociedade e a opressão pela qual a população era submetida. Iam desde o caráter **messiânico** (ligado ao religioso, àquele que foi enviado por Deus para salvar a população), até ao caráter militar. No caso da História, o termo é associado para representar a crença de um grupo em um líder político-religioso, supostamente capaz de conduzir a população a uma era de felicidade e justiça. Os dois principais movimentos de caráter messiânico no período foram Canudos e Contestado.
- A **Revolta de Canudos (1893-1897)** ocorreu no sertão baiano, em meio a um ambiente de opressão e desesperança social, durante a presidência de Prudente de Moraes. Seu líder, Antônio Conselheiro, encontrou um local favorável às suas pregações de caráter político-religiosas. Quando chegou a

uma velha fazenda na região, liderou a formação do povoado de **Canudos**, sob o lema “A terra não tem dono, a terra é de todos”. O povoado abrigou sertanejos sem-terra, vaqueiros, ex-escravos, pequenos proprietários pobres, além de homens e mulheres perseguidos pela polícia. Em pouco tempo, a região abrigou entre 20 e 30 mil pessoas, as quais viviam em um sistema de cooperação social, com normas próprias em alternativa à dominação dos coronéis.

- Os fazendeiros e a elite política, por sua vez, temiam que o povoado crescesse. A Igreja Católica temia que Conselheiro desviasse os fiéis, apresentando uma ameaça tanto pela ocupação das terras quanto pelo não pagamento de impostos. As tropas dos coronéis locais não conseguiram destruir o povoado, sendo assim, o governo federal enviou algumas tropas militares, que também foram derrotadas. Diante desse cenário, um exército com cerca de 7 mil homens foi enviado à região, que destruiu Canudos em 05 de outubro de 1897.
  - Mais de 5 mil casas foram incendiadas, a população, em grande parte, foi morta defendendo sua comunidade; o episódio entrou, inclusive, para a literatura brasileira por meio do livro “Os sertões”, de Euclides da Cunha.
  - A **Guerra do Contestado (1912-1916)** ocorreu na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, em uma região disputada pelos dois estados. As terras da região permaneceram, durante muito tempo, **sem** uma legislação que determinava a posse dos territórios. Diante disso, diversas pessoas ocuparam essas terras.
- Nos primeiros anos da República, centenas de famílias já haviam se instalado na região. É nesse momento que a empresa norte-americana **Brazil Railway Company**, com o apoio **dos coronéis da região e do governo, iniciou a construção de uma ferrovia que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul**, atravessando a região entre Santa Catarina e Paraná (Contestado).
- Como essas terras eram ocupadas sem registro pela população que lá estava, **a empresa comprou sua posse e desabrigou muitas das famílias** que viviam há anos na região. Além disso, um grupo de empresários ligados à empresa comprou uma grande quantidade de terras para a construção de uma madeireira, deixando-as ainda mais desalojadas. Outro fator importante é que, após a construção da ferrovia, os funcionários que trabalharam nas obras foram demitidos, mas permaneceram na região. Sendo assim, grande parte da população da região, que já era pobre, foi desalojada de suas casas e estava desempregada.
  - Nesse cenário, os sertanejos se organizaram sob a liderança religiosa de **João Maria** e, com a sua morte, seguiram **José Maria**, que reuniu mais de 20 mil pessoas e fundou alguns povoados que compunham a chamada **Monarquia Celeste**, com governo próprio e normas igualitárias, não obedecendo às ordens do governo federal. Os sertanejos foram, então, perseguidos pelos coronéis-fazendeiros, José Maria foi morto em combate e “santificado” pelos seus seguidores. Em 1916, finalmente, os últimos núcleos da Monarquia Celeste

foram destruídos por tropas de 7 mil homens armados, colocando fim à Revolta do Contestado.

- Outro movimento importante do período foi o **cangaço**, cujos líderes lutavam contra a fome, a seca e as injustiças sociais, praticando assaltos a fazendas e, em muitos casos, matando pessoas. Dentre os principais líderes, temos Antônio Silvino (1875-1944) e Virgulino Ferreira, o **Lampião** (1900-1938). Depois que a polícia massacrou o grupo de Lampião, em 1938, o cangaço praticamente deixou de existir. Discute-se, na História, se o cangaço foi uma forma de banditismo e criminalidade, ou se representou um movimento de contestação social, feito por pessoas que viviam oprimidas.
- A cidade do RJ também foi palco de revoltas na Primeira República. Durante a presidência de Rodrigues Alves, a população vivia em grave situação de pobreza, desemprego e falta de saneamento. Coube ao presidente a decisão de reformar e modernizar a cidade, então capital do Brasil. As obras foram comandadas pelo prefeito Pereira Passos e incluíam o alargamento das principais ruas do centro, a construção da Avenida Central (atual Rio Branco), a ampliação da rede de água e esgoto e a remodelação do porto.
- Cortiços e casebres foram derrubados e as pessoas foram desalojadas, passando a viver em barracos no centro ou no subúrbio. Nesse cenário, o combate a epidemias era um dos principais objetivos do médico sanitário Oswaldo Cruz, diretor da Saúde Pública. Por meio de seus

estudos, o presidente Rodrigues Alves decretou a lei da vacinação obrigatória contra a varíola.

- A população, por sua vez, não foi informada e esclarecida sobre a importância da vacina, e diversos setores reagiram à medida. Para alguns, a aplicação de injeção nas mulheres era imoral; para outros, a obrigatoriedade feria a liberdade individual. O descontentamento da população desalojada, a impopularidade do governo e a obrigatoriedade da vacinação provocaram uma revolta popular no RJ, entre 12 e 15 de novembro de 1904, conhecida como **Revolta da Vacina**. O governo dominou os revoltosos com tropas do corpo de bombeiro e da cavalaria. Houve cerca de 30 mortes e mais de 100 pessoas foram feridas.
- A chamada **Revolta da Chibata** aconteceu em 22 de novembro de 1910, com cerca de 2 mil membros da Marinha Brasileira sob a liderança de João Cândido. De início, os marinheiros tomaram o comando do encouraçado Minas Gerais, posteriormente, outros marujos assumiram o controle de navios em SP, BA e Deodoro. Em seguida, apontaram os canhões para o RJ e encaminharam um comunicado ao presidente do Brasil, explicando as revoltas e fazendo algumas exigências, tais como: mudanças no código de disciplina da Marinha (que punia as faltas graves dos marinheiros com 25 chibatadas) e melhores condições de alimentação e salário.
- O governo, encurralado, respondeu que atenderia às demandas e anistiaría (perdoava) os marinheiros envolvidos.

Diante disso, os revoltosos entregaram os navios aos comandantes. Contudo, o governo não cumpriu com suas promessas e decretou a expulsão de vários marinheiros e a prisão de alguns líderes. Em 09 de dezembro do mesmo ano, os marujos organizaram nova rebelião, mas o governo estava preparado e reagiu violentamente, causando muitas mortes e prendendo muitos envolvidos. João Cândido, seu principal líder, foi preso numa masmorra no RJ, sendo julgado e absolvido em 1912. Ficou conhecido como o **Almirante Negro** por ter contribuído para acabar com o castigo da chibatada na Marinha Brasileira.

- Muitas dessas revoltas contestavam a ordem social existente e o predomínio das forças oligárquicas na política. Diante disso, o clima de revolta chegou, inclusive, às forças armadas, difundindo-se entre os tenentes. Dessa forma, **Tenentismo** é como ficou conhecido o movimento político-militar que, sob a liderança de jovens oficiais das forças armadas (sobretudo tenentes), buscava a conquista do poder por meio da luta e da promoção de reformas no Brasil. Dentre suas principais reivindicações, temos: moralização da administração pública, fim da corrupção eleitoral, voto secreto, justiça eleitoral confiável, defesa da economia nacional contra o capital estrangeiro, reforma da educação pública.
- A primeira revolta tenentista teve início em 05 de julho de 1922, no Forte de Copacabana, com a presença de 300 homens que decidiram impedir a posse do presidente Artur Bernardes. Tropas fiéis

ao governo cercaram o Forte e isolaram os rebeldes. Mesmo diante da superioridade das forças do governo, 17 tenentes e um civil saíram às ruas num combate corpo a corpo. Dessa luta, apenas dois revoltosos saíram com vida. Esse evento ficou conhecido como **Os Dezoito do Forte**.

- As forças tenentistas de SP e RS se uniram sob a liderança de Luís Carlos Prestes e percorreram o país em busca de apoio popular para novas revoltas contra o governo. Surgiu, daí, a chamada **Coluna Prestes**. Durante mais de 2 anos (1924-1926), a Coluna percorreu 12 estados brasileiros, sendo perseguida pelas tropas do governo federal. O movimento não provocou revoltas capazes de ameaçar o governo, mas também não foi derrotado por ele.
- Em meio a esse cenário de revoltas, também ganhou corpo um movimento artístico que propunha a renovação nas artes brasileiras, em reação às formas tradicionais das artes plásticas e da literatura: o **Modernismo**. Entre 11 e 18 de fevereiro de 1922, em SP, aconteceu a **Semana de Arte Moderna**. Os nomes que mais se destacaram foram: dos escritores Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Oswald de Andrade; dos músicos Heitor Villa-Lobos e Ernani Braga; dos artistas plásticos Emiliano Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Victor Brecheret. Possuía como objetivo **abrasileirar** a cultura brasileira. Surgiu diante da invasão cultural estrangeira que despersionalizava o Brasil e era contra os padrões, considerados arcaicos, da arte nacional.

## ERA VARGAS (1937-1945)

---

- Getúlio Vargas chegou à presidência do Brasil em 1930 e permaneceu até 1945. Diante de uma crise financeira em nível global, evidenciada na quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, os cafeicultores brasileiros se encontravam em um cenário de inúmeras dificuldades, uma vez que os estadunidenses não conseguiam comprar mercadorias de fora do país. Isso contribuiu para o enfraquecimento das bases políticas que sustentavam a Primeira República.
- Além dos problemas econômicos, um problema político surgiu entre as elites de MG e SP: nas eleições de 1930, os políticos paulistas que estavam no governo, até então com Washington Luís, apoiavam Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista (PRP). Os mineiros, por sua vez, apoiavam Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, governador de MG pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). O rompimento da política do café com leite fez com que a oposição política ganhasse força e conquistasse espaço no cenário nacional. Nesse contexto, surgiu a **Aliança Liberal (AL)**, com lideranças do RS, MG e PB. Lançou o nome de Getúlio Vargas, então governador gaúcho, para presidente da república, e de João Pessoa, então governador da Paraíba, para vice-presidente. Dentre os principais pontos da Aliança Liberal, temos: a defesa do voto secreto, a criação de leis trabalhistas e o incentivo à produção industrial.
- Júlio Prestes foi o vencedor das eleições de 1930, derrotando Getúlio Vargas. Os líderes da AL se recusaram, por sua vez, a aceitar o resultado das eleições, afirmando que as mesmas haviam sido fraudadas. Nesse contexto, a revolta ganhou intensidade quando João Pessoa foi assassinado, em 26 de julho de 1930, por motivos pessoais e políticos, o que levou a oposição a se unir contra o governo paulista.
- Em 03 de outubro, iniciou-se um conflito armado no RS, PB e PE, com o intuito de impedir a posse de Júlio Prestes como presidente. Militares do RJ, liderados pelos generais Mena Barreto e Tasso Fragoso, depuseram Washington Luís pouco tempo antes do término de seu mandato, sendo o poder entregue a Getúlio Vargas, chefe político do movimento que ficaria conhecido como **Revolução de 1930**. Iniciou-se, a partir de então, a Era Vargas, dividida em 3 períodos: **Governo Provisório, Governo Constitucional e Governo Ditatorial**.
- **Governo Provisório (1930-1934)**: dentre as principais medidas adotadas por Vargas, destacam-se a suspensão da Constituição de 1891, o fechamento dos órgãos do Poder Legislativo (Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional) e a indicação de interventores militares ligados ao Tenentismo para a chefia de governos estaduais. Aos poucos, Vargas mostrava-se um político **centralizador**.
- A oposição paulista formou uma frente única com os líderes do Partido Democrático (dissidentes do PRP), que estava descontente com a nomeação do interventor João Alberto Lins e Barros para governar SP, exigindo que fosse um interventor civil e paulista. Cedendo às pressões, Getúlio nomeou Pedro de Toledo, contudo, a oposição permanecia insatisfeita e exigia novas eleições e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

- Em maio de 1932, quatro estudantes paulistas (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) foram mortos em conflito com a polícia, em uma manifestação que era contrária ao governo federal. Tal fato gerou mais manifestações, sob as iniciais dos estudantes mortos, **MMDC**, em busca de uma nova Constituição. Em 09 de julho de 1932, teve início a **Revolução Constitucionalista**, que mobilizou cerca de 30 mil paulistas contra o governo federal. Após 3 meses de luta e quase nenhum apoio das elites de outros estados, os soldados paulistas foram derrotados pelas tropas federais, sem alcançarem seus objetivos. Um dos poucos resultados positivos da Revolução foi a realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar a nova Carta Magna brasileira.
- **Governo Constitucional (1934-1937)**: em julho de 1934, foi **promulgada** a nova Constituição, cujos principais pontos eram a instituição do voto secreto, a inserção dos direitos trabalhistas fundamentais (salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas, proibição do trabalho infantil, férias anuais e remuneradas e indenização em caso de demissão sem justa causa) e o nacionalismo econômico (proteção de riquezas naturais, como jazidas minerais e quedas d'água capazes de gerar energia). A nova Constituição também previa que, após sua promulgação, o primeiro presidente seria eleito de forma indireta pelos membros da Constituinte. Vargas saiu vitorioso nesta eleição, obtendo 175 votos frente a 59 do segundo colocado, Borges de Medeiros.
- Nesse período, dois grupos políticos ganharam destaque: os **integralistas** e os **aliancistas**. Plínio Salgado liderava os integralistas, tendo lançado, em 1932, o chamado **Manifesto à Nação**, contendo os princípios de seu grupo de ideal nazifascista. Criaram a **Ação Integralista Brasileira (AIB)**, procurando combater o comunismo, defender o nacionalismo extremado, o fortalecimento do Estado, a disciplina e a hierarquia dentro da sociedade, e o poder concentrado nas mãos do chefe integralista. Vestiam uniforme verde e desfilavam pelas ruas sob a saudação indígena **Anauê** (você é meu parente/somos irmãos), com a mão direita estendida. Atacavam agressivamente seus adversários e seu lema era **"Deus, pátria e família"**.
- Os aliancistas, por sua vez, eram contrários ao integralismo e faziam parte da frente política chamada **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**. Uma das principais correntes da ANL era o Partido Comunista e, em 1935, Luís Carlos Prestes foi eleito seu presidente de honra. Dentre seu programa político, destaca-se: nacionalização das empresas estrangeiras, não pagamento da dívida externa brasileira, realização de uma reforma agrária e a garantia das liberdades individuais. Seu lema era **"Pão, terra e liberdade"**. Vargas considerou a ANL ilegal em 1935 e ordenou a prisão de seus líderes, sob a alegação de que estes estavam promovendo um golpe para derrubar o governo, controlado por perigosos comunistas, como acusava o chefe de polícia de Vargas, Filinto Müller.
- Diante da repressão, os líderes da ANL planejaram uma revolta militar contra o governo. Em novembro de 1935, teve início a **Intentona Comunista**, uma série de rebeliões de batalhões do RN, PE e RJ, que foram rapidamente dominadas pelas forças do governo. Em nome do "perigo comunista", foram presos sindicalistas, operários, militares e intelectuais acusados de subversão (pretender destruir ou transformar a ordem política, econômica ou social vigente).
- **Governo Ditatorial (Estado Novo, 1937-1945)**: de acordo com a Constituição de 1934, o mandato de Vargas terminaria em 1938. No final de setembro de 1937, o serviço secreto do Exército noticiou

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

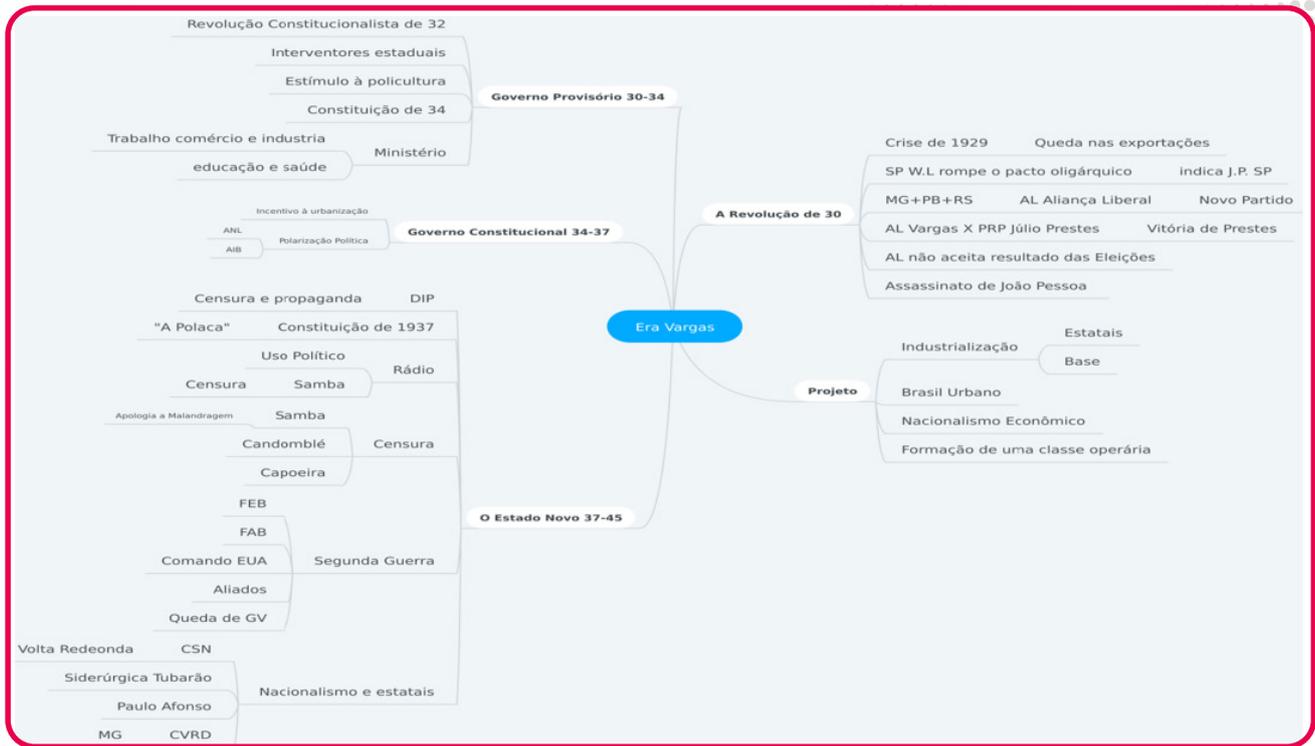
a descoberta de um plano de tomada do poder, organizado pelos comunistas, chamado de **Plano Cohen**. Esse plano foi uma farsa elaborada pelo próprio governo, com o apoio dos integralistas, para se manterem no governo. Em nome do combate ao “perigo comunista”, decretou-se estado de guerra, e a polícia prendeu grande parte dos adversários do governo. Em 10 de novembro de 1937, Vargas ordenou o cerco ao Congresso Nacional, impôs o fechamento do Legislativo e **outorgou**(impôs) uma nova Constituição (conhecida também como a **Constituição Polaca**, em alusão à Constituição Polonesa de caráter fascista), dando início ao período ditatorial conhecido como **Estado Novo**.

- A partir de então, instaurou-se no país o estado de emergência, pelo qual o governo era autorizado a invadir casas, prender pessoas, julgá-las e condená-las. Os estados brasileiros perderam sua autonomia política e os governos estaduais passaram às mãos de interventores da confiança de Vargas. Partidos políticos foram extintos e as eleições democráticas, suspensas; greves e manifestações contrárias ao governo foram proibidas; cidadãos foram perseguidos pela polícia política, e muitos deles foram presos, torturados e mortos.
- Para a sustentação política, Vargas utilizou-se de recursos de propaganda para conquistar a simpatia popular. Em 1939, criou-se o **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**, órgão responsável da coordenação da propaganda oficial de governo e da censura aos meios de comunicação (rádio, cinema, teatro e imprensa). Esse departamento também criou o programa **A hora do Brasil**, que divulgava as realizações do governo.
- O Ministério da Educação difundiu a ideologia governista dentro das escolas por meio da obrigatoriedade do ensino de moral e civismo, do canto de músicas nacionalistas, desfiles e paradas cívicas, além da adoção de livros didáticos que cultuavam a imagem de Getúlio e seu governo.
- Apesar de possuir afinidades com os regimes fascistas europeus, Vargas procurou manter o Brasil em uma posição de neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pretendendo tirar proveito do conflito e obter vantagens políticas e econômicas. A partir de 1941, o Brasil passou a fazer acordos para apoiar os **Aliados** (grupo liderado por Inglaterra, EUA e URSS), comprometendo-se a fornecer borracha e minério de ferro aos países aliados e permitindo que militares dos EUA fossem enviados para bases militares instaladas no Nordeste brasileiro. Em troca do apoio, o Brasil obteve dos EUA grande parte do financiamento para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.
- A Alemanha, em reação, ordenou o ataque a navios brasileiros, matando mais de 600 pessoas, provocando indignação nacional. A população brasileira se manifestou favoravelmente à vingança contra os alemães. Em 31 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra às potências do **Eixo** (Alemanha, Itália e Japão). Em 1944, partiram para lutar na Itália as primeiras tropas da **Força Expedicionária Brasileira (FEB)**, sob o comando do general Mascarenhas de Moraes. Mais de 25 mil soldados foram enviados à Itália e participaram de batalhas como as de Monte Castello, Castelnuovo, Collechio e Forno.
- No que tange à economia do período, Vargas procurou estabilizar a situação cafeeira e diversificar a produção agrícola, além de desenvolver a indústria. Para desenvolver a indústria, aumentou os impostos de importação e diminuiu os impostos sobre a indústria nacional, estimulando a produção e o consumo de mercadorias nacionais.

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

- Em função das dificuldades para a criação das indústrias de base (máquinas e equipamentos pesados, produtos químicos básicos, minérios), o governo passou a **intervir na economia**, por meio da fundação de **empresas estatais** dos campos da siderurgia e mineração. Dentre as principais, destacam-se a Companhia Vale do Rio Doce (exploração do minério de ferro em MG) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no RJ.
- Com as indústrias, cresceu também o número de operários vindos de outros estados, os quais possuíam certa consciência de que necessitavam lutar por seus direitos. Nesse cenário, o governo federal elaborou uma política **trabalhista** que tinha duas funções: conquistar a simpatia dos trabalhadores e exercer o domínio sobre eles, controlando os seus sindicatos. Essa política foi inspirada na **Carta del Lavoro** (Carta do Trabalho), criada pelo fascismo italiano. Em 1943, tais leis foram reunidas na **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**.
- Em fevereiro de 1945, Vargas estipulou o prazo para novas eleições, antecipando-se aos seus adversários e liderando a abertura política. Além disso, concedeu anistia aos condenados políticos, libertou os comunistas presos (entre os quais, Luís Prestes) e permitiu a volta dos exilados ao país. A política partidária passava, então, a ressurgir por meio da organização de diversos partidos, como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP). Além desses, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi legalizado.
- Nas eleições presidenciais marcadas para 02 de dezembro de 1945, concorreriam 3 candidatos: o general Eurico Dutra (pelo PSD e PTB), que contava com o apoio de Vargas, o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e o engenheiro Yedo Fiúza (PCB). Ao longo da campanha, Vargas se mostrava contraditório. Aparentava apoiar Eurico Dutra, mas estimulava um movimento popular que defendia sua permanência no poder, conhecido como **queremismo**, sob o lema “Nós queremos Getúlio!”. Esse movimento era apoiado por membros do PTB e do PCB, mas não obteve o seu objetivo.
- Setores da oposição temiam que Vargas continuasse no poder e impedisse a realização de novas eleições, unindo-se, finalmente, para derrubá-lo. Em 29 de outubro de 1945, tropas do exército lideradas pelos generais Góis Monteiro e Eurico Dutra cercaram o Palácio do Catete (sede do governo) e obrigaram Vargas a renunciar. A presidência foi entregue provisoriamente a José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal Federal, colocando fim ao Estado Novo. Dutra, enfim, foi eleito presidente do Brasil ao final de 1945, dando início a uma nova fase da política brasileira: a República Liberal Populista.

# POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ



## GEOGRAFIA - POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES

### POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES

#### POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES

- ❖ **Teoria malthusiana:** população cresce em um ritmo de progressão geométrica (2,4,8,16,32) enquanto a produção agrícola na progressão aritmética (2,4,6,8,10);
  - ❖ O avanço tecnológico mostrou que o problema está mais ligado à organização produtiva que de quantidade de produtos agrícolas;
  - ❖ A **Taxa de Natalidade** refere-se à quantidade anual de nascimentos a cada mil habitantes, calculada, portanto, por permilagem (‰), e expressa por:
  - ❖  $TN‰ = \frac{\text{Total de Nascimentos}}{\text{População Total}} \cdot 1000$
  - ❖ A **Taxa de Mortalidade** refere-se à quantidade anual de óbitos a cada mil habitantes, calculada, portanto, por permilagem (‰), e expressa por:  $TM‰ = \frac{\text{Total de Óbitos}}{\text{População Total}} \cdot 1000$
- (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2019)

Analise a tabela a seguir.

*Brasil – Taxa de natalidade (%)*

1980	1991	2000	2010	2018
31,2	23,3	20,8	15,8	14,4

(<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-brutas-de-natalidade.html>. Acesso em 15.05.2019)

A leitura da tabela e os conhecimentos sobre o contexto socioeconômico brasileiro permitem afirmar que

- A) a queda da taxa de natalidade está relacionada à redução dos movimentos internos da população.
- B) o recuo da taxa de natalidade demonstra que o Brasil caminha para se tornar um país emergente.
- C) a evolução da taxa de natalidade nas últimas décadas se refletiu na estrutura da população brasileira.
- D) a redução da taxa de natalidade indica que o país deverá passar por uma transição demográfica.
- E) a taxa de natalidade é um dado demográfico que mostra a homogeneidade da população brasileira.

## Comentários

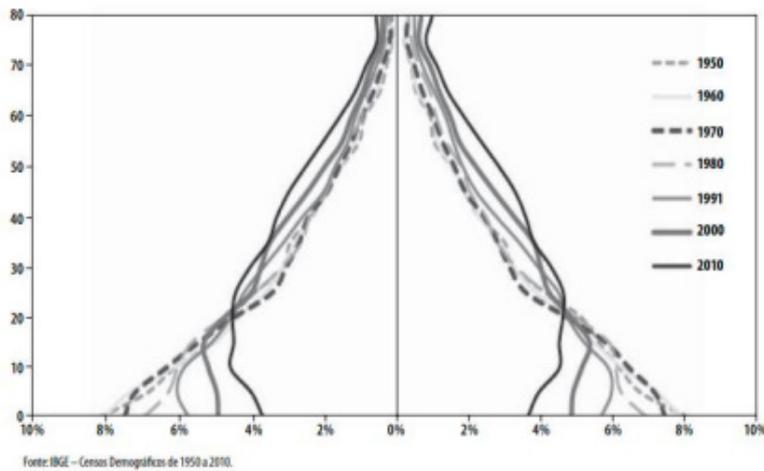
A tendência de queda no número da taxa de natalidade não é nova, conforme podemos observar na tabela apresentada. O número de filhos por mulher vem se reduzindo desde a década de 1960. Se em 1970, as brasileiras tinham, em média, 5,8 filhos, hoje, esse número não chega a 2, taxa em que a população não se repõe. O número de nascimentos caiu 13,3% entre 2000 e 2010, quando a taxa de fecundidade foi de 1,77 filho por mulher, contra 2,29 em relação ao período anterior. Tal redução altera a estrutura etária da população, com uma diminuição do número de crianças/jovens e aumento de adultos e idosos na pirâmide etária.

A. Incorreto. A queda da taxa de natalidade não está relacionada aos movimentos internos da população. Os motivos para essa diminuição são vários: maior escolarização, aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, uso maior de contraceptivo, abortos, entre outros.

B. Incorreto. O Brasil já é considerado um país emergente (o que muitos chamam de país em desenvolvimento).

D. Incorreto. Cuidado com a terminologia. A banca traz o verbo indicando futuro: “deverá passar”. Contudo, atualmente o Brasil está passando pela terceira fase da Transição Demográfica, na qual há uma redução da sua população. Aliás, redução do ritmo de crescimento, como podemos observar pelo gráfico da questão. Observe atentamente a pirâmide etária abaixo e sua modificação ao longo dos anos:

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ



E. Incorreto. Não há homogeneidade na população brasileira

- ❖ O **crescimento vegetativo ou crescimento natural**, refere-se ao crescimento médio anual da população. Quando relacionado aos movimentos migratórios, permite a análise do crescimento demográfico. É expresso em porcentagem, calculado por:

$$CV\% = (TN\%_o - TM\%_o) / 10$$

- ❖ A **queda no crescimento vegetativo mundial**, se deve a fatores como: inserção da **mulher no mercado de trabalho**; disseminação de **métodos contraceptivos**; escolaridade e **planejamento familiar**; **urbanização** e melhoria na qualidade de vida.
- ❖ A **pirâmide etária**, representa o cenário de distribuição da população em faixas etárias e por sexo. Sua base é composta pela população jovem, de até 19 anos. Uma pirâmide com a base larga indica a necessidade de políticas públicas voltadas para o planejamento familiar e infraestrutura educacional. **Seu corpo** é composto pela população adulta entre 20 e 59 anos, é a **População Economicamente Ativa (PEA)**, que gera renda e contribui com impostos; No ápice, está a população idosa, com idade a partir de 60 anos. Uma pirâmide etária com um ápice amplo, evidencia uma alta expectativa de vida relacionada aos bons padrões de acesso à saúde, educação, moradia e etc., indicando atenção governamental às políticas previdenciárias.
- ❖ O processo de **urbanização** brasileira começou por volta dos anos 1950 e teve seu auge na década de 1970, com a consolidação dos grandes centros industrializados. Atualmente, mais de 85% da população brasileira vive nas cidades.
- ❖ **Emigração** é a **saída da população** de determinado local. **Imigração** é a **chegada da população** em determinado local. Ocorre motivado pela busca de melhores condições de vida em âmbito global e nacional. Quando esse fluxo populacional ocorre motivado por guerras e conflitos políticos, os imigrantes são chamados de refugiados. Todo refugiado é um imigrante, mas nem todo imigrante é um refugiado.

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

- ❖ Os **fluxos migratórios internacionais** para o Brasil, ocorrem desde o período colonial e foram importantes para a composição da população contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e cultural brasileiro. Os principais grupos de imigrantes são: portugueses, italianos, alemães, poloneses, russos, japoneses, sírio-libaneses, coreanos, bolivianos, haitianos, entre outros.
- ❖ Uma onda de **migração interna** brasileira considerável ocorreu nos anos 1950 com a construção de Brasília, que atraiu uma grande quantidade de imigrantes, principalmente nordestinos.
- ❖ A onda mais intensa ocorreu entre os anos 1970 e 1990 da **região Nordeste para os estados do Sudeste**, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, motivados pela alta oferta de empregos no setor de serviços, especialmente na construção civil. Nesta mesma época houve grande fluxo de todas as regiões, especialmente da região Sul, para o Centro-Oeste devido à expansão da fronteira agrícola.
- ❖ A partir dos anos 2000, com a saturação dos grandes centros urbanos e desconcentração industrial, é possível observar um **movimento de retorno desta população** migrando novamente para seu local de origem.

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

### DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

#### DIREITO À VIDA

- Possui uma dupla acepção:
  - ▶ Direito a permanecer vivo;
  - ▶ Direito a ter uma vida digna.
- Mínimo existencial:** proteção social mínima para que uma pessoa tenha uma existência digna.

#### IGUALDADE MATERIAL

- Tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades.
- Cotas raciais: duas formas de aferição: heteroidentificação e autodeclaração. Ambas as formas são admitidas pelo STF.

#### LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Art. 5º, IV, da CF: *É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.*
- Biografias não autorizadas: o STF admitiu a realização de biografias, mesmo sem a autorização do biografado. O autor da biografia, porém, poderá ser condenado a indenizar o biografado, caso cause algum tipo de dano.

## LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

*Art. 5º, CF (...)*

*XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;*

*XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;*

*XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;*

*XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;*

*XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;*

## DIREITO DE REUNIÃO

*Art. 5º, CF (...)*

*XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;*

- i. Basta o prévio aviso. Não necessita de autorização do Poder Público.
- ii. O **Mandado de Segurança** é o remédio constitucional que protege o direito de reunião.
- iii. Marcha da Maconha não é considerada apologia ao crime. Trata-se do legítimo exercício do direito de reunião e da liberdade de expressão.

## EXTRADIÇÃO

*Art. 5º, CF (...)*

*LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;*

*LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;*

- i. **Brasileiro nato não pode** ser extraditado em nenhuma hipótese.
- ii. Já o brasileiro naturalizado pode ser extraditado em duas hipóteses:
  - ▶ Crime comum praticado antes da naturalização;
  - ▶ Envolvimento com o tráfico ilícito de drogas, a qualquer tempo (antes ou depois da naturalização).

### HABEAS CORPUS

---

- i. Tutela o direito à liberdade;
- ii. Pode ser repressivo ou preventivo:
  - ▶ Repressivo: Quando o cerceamento da liberdade já ocorreu.
  - ▶ Preventivo: a liberdade ainda não foi cerceada, mas há o risco de que isso ocorra.
- iii. Não é necessário estar assistido por advogado para impetrar o HC;
- iv. É uma ação gratuita.
- v. Pessoa Jurídica pode impetrar HC, mas sempre em favor de uma Pessoa Física.

### HABEAS DATA

---

- i. Dupla finalidade:
  - ▶ Assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
  - ▶ Promover a retificação de dados, quando não se prefira fazer por um processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- ii. Caráter personalíssimo.
- iii. Exceção: o cônjuge supérstite (sobrevivente) pode impetrar habeas data para tomar conhecimento de informações daquele que faleceu.
- iv. Precisa de advogado para ser impetrado.
- v. É uma ação gratuita.
- vi. É necessário comprovar o interesse de agir, o qual é demonstrado pela recusa ou pela demora da administração em fornecer os dados.

### MANDADO DE SEGURANÇA

---

- i. Objetiva proteger **direito líquido e certo**, não amparado por *Habeas corpus* ou *Habeas data*.
- ii. Possui caráter residual.
- iii. Ex: direito a obter certidões.
- iv. Mandado de Segurança Coletivo: atuam em substituição processual (não precisa autorização dos filiados). Pode ser impetrado por:
  - ▶ Partido Político com representação no Congresso Nacional;
  - ▶ Entidade de Classe (obs: o direito pode ser de interesse de apenas parte da categoria);

- ▶ Organização Sindical;
- ▶ Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 ano.

### MANDADO DE INJUNÇÃO

---

- É cabível quando a falta de norma regulamentadora estiver inviabilizando o exercício de um direito constitucional: Omissão inconstitucional.
- Ex: direito de greve dos servidores públicos. O STF, ao julgar um Mandado de Injunção, decidiu que enquanto não for regulamentado o direito de greve dos servidores públicos, aplica-se, por analogia, a lei de greve dos trabalhadores celetistas.
- Mandado de Injunção Coletivo:
- Pode ser impetrado por:
  - ▶ Partido Político com representação no Congresso Nacional;
  - ▶ Entidade de Classe;
  - ▶ Organização Sindical;
  - ▶ Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 ano.
  - ▶ Defensoria Pública;
  - ▶ Ministério Público.
- A corrente adotada pela lei 13.300/16 (Lei do Mandado de Injunção) é a concretista intermediária individual:
  - ▶ Concretista: o Poder Judiciário não vai se limitar a declarar a mora legislativa. O PJ vai buscar garantir a concretização daquele direito.
  - ▶ Intermediária Individual: em regra, o Mandado de Injunção produz efeito inter partes (entre as partes). Excepcionalmente pode ser dado efeito erga omnes (para todos).

### AÇÃO POPULAR

---

- Proposta pelo CIDADÃO, ou seja, por aquele que está no pleno exercício dos direitos políticos. Exige a apresentação do título de eleitor para propor a ação.
- Tem como objetivo anular um ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, ou ao patrimônio histórico cultural.
- É necessária a assistência por advogado.
- Em caso de improcedência da ação, o autor, salvo comprovada má-fé, é isento de custas.
- Não há foro por prerrogativa de função em ação popular.

## DIREITO DE PROPRIEDADE

---

- i. Não é um direito absoluto;
- ii. A CF prevê que a propriedade deve atender sua função social.
- iii. Também há mecanismos de intervenção do Estado na propriedade privada:
  - ▶ Desapropriação: o bem era do particular e passa a ser do Poder Público. Em regra, a desapropriação é precedida de indenização justa e em dinheiro. Exceções:
    - ▶ Desapropriação para fins de reforma agrária: a indenização será em títulos da dívida agrária.
    - ▶ Desapropriação de imóvel urbano que não cumpre sua função social: indenização em títulos da dívida pública.
    - ▶ Desapropriação confiscatória: utilização de mão-de-obra escrava ou de cultivo ilegal de plantas psicotrópicas: não há indenização.
    - ▶ Requisição Administrativa: o bem é do particular, mas o Poder Público vai utilizar o bem. A indenização é ulterior e será devida apenas se houver dano.
    - ▶ O Direito de Propriedade protege também os bens intangíveis. Ex: marcas e patentes.
    - ▶ Direito autoral: Direito vitalício e transmissível aos herdeiros. Art. 5º, XXVII, da CF: aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;
    - ▶ Patentes: Privilégio temporário de utilização. Art. 5º, XXIX, da CF: a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

## MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

---

- i. A Constituição Federal não tipifica crimes, mas impõe mandados de criminalização. São espécies de ordens dadas ao legislador para que ele tipifique um crime. Ex: Tortura, Tráfico, Terrorismo e Hediondos.
- ii. Art. 5º, XLIII, da CF - *a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;*
- iii. Para facilitar a memorização:
  - ▶ **Imprescritíveis:** RAção
  - ▶ **3TH** não tem **graça**
  - ▶ **Inafiançáveis:** RAção + 3TH

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

### IMPRESCRITÍVEIS

- RACISMO
- AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS, CIVIS OU MILITARES, CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO

### INAFIANÇÁVEIS

- RACISMO
- 3T
- HEDIONDOS
- AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS, CIVIS OU MILITARES, CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO

### INSUSCETÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA

- 3T
- HEDIONDOS

## TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

- i. Ingressam de dois modos no ordenamento jurídico brasileiro:
  - ▶ Equivalentes às Emendas Constitucionais: aprovados em dois turnos em cada casa do Congresso Nacional, pelo quórum de 3/5 dos membros (Quórum qualificado)
  - ▶ Status Supralegal: Aprovados pelo rito ordinário.

## PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

- i. Art. 5º, LVII, da CF - *ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória*;
- ii. Atualmente o STF entende que a execução de pena após decisão de segunda instância (antes do trânsito em julgado) viola o princípio da presunção de inocência.

## DIREITO À INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO

- i. A entrada na casa do morador, em regra, depende do seu consentimento. Exceções:
  - ▶ **Flagrante delito;**
  - ▶ **Desastre;**
  - ▶ **Prestar socorro;**
  - ▶ **Por ordem judicial, durante o dia;**
  - ▶ **O conceito de casa abrange: quarto de hotel ocupado, consultório médico, consultório odontológico, escritório de advocacia, trailers, motor-home.**
  - ▶ **Não abrange: bares e restaurantes, posto que são locais abertos ao público.**
  - ▶ **Obs: “Boleia” do caminhão: para o STJ não pode ser considerado local de trabalho, uma vez que não é um ambiente estático. Assim, não está protegida pela inviolabilidade do domicílio.**

- ii. **Crimes Permanentes:** o STF decidiu que a entrada forçada em domicílio deve estar apoiada em fundadas razões, a serem justificadas *a posteriori*, de que no interior da residência está sendo praticado um crime.

### ESCUSA DE CONSCIÊNCIA

---

- i. Art. 5º, VIII, CF - *ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;*
- ii. Em caso de dupla recusa pode ocorrer a privação de direitos. Por exemplo: perda dos direitos políticos.

### SEGURANÇA JURÍDICA

---

- i. **Direito Adquirido:** o indivíduo já cumpre todos os requisitos para obter determinado direito. A mudança nas regras não afeta o indivíduo.
- ii. **Expectativa de Direito:** a pessoa ainda não possui todos os requisitos preenchidos. Ex: pelas regras atuais, o indivíduo irá se aposentar daqui a 10 anos. Se as regras mudarem, ele poderá ser afetado.
- iii. OBS: Não há direito adquirido face a uma nova Constituição.

### SIGILO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS

---

Art. 5º, CF (...)

*XII - É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.*

- i. **Interceptação Telefônica:** consiste em ter acesso ao conteúdo da conversa, feita por um terceiro, sem o conhecimento dos interlocutores. Somente pode ser determinada por Juiz e em um processo ou investigação de natureza criminal.
- ii. **Gravação Telefônica:** é aquela feita diretamente por um dos interlocutores do diálogo, sem o consentimento ou ciência do outro.
- iii. **Quebra do sigilo telefônico:** consiste em ter acesso aos registros telefônicos. Pode ser determinada por Juiz ou por CPI.
- iv. **Escuta telefônica:** é a captação de conversa feita por um terceiro, com o conhecimento de apenas um dos interlocutores.

- v. **ATENÇÃO:** apenas a primeira situação (**Interceptação Telefônica**) se enquadra na proteção do inciso XII, considerando o STF lícita, para efeito de prova, a gravação de conversa telefônica por um dos envolvidos, salvo a existência de causa legal de sigilo ou reserva.

### DIREITOS DO PRESO

---

- i. A CF assegura alguns direitos à pessoa presa, conforme podemos verificar dos incisos do artigo 5º, abaixo colacionados:

*LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;*

*LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;*

*LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;*

*LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;*

- ii. Destaque para o inciso LXII, o qual afirma que a comunicação da prisão deverá ser imediata, ao juiz e à família do preso ou pessoa por ele indicada. Cuidado: as bancas costumam afirmar que essa comunicação deve ser feita em até 24h, o que está errado. 24 horas é o prazo para encaminhar cópia do Auto de Prisão em Flagrante ao Juiz e à Defensoria Pública (caso o preso não esteja assistido por advogado), bem como fornecer a nota de culpa ao preso.
- iii. Destaque também para o inciso LXIV, o qual garante ao preso a identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

### PROVA ILÍCITA

---

*Art. 5º, CF (...)*

*LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;*

*Atenção para a Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada: uma prova ilícita contamina todas as outras que dela derivam. É o que a doutrina denomina ilicitude por derivação; pode-se dizer também que, nesse caso, haverá comunicabilidade da ilicitude das provas ilícitas a todas aquelas que dela derivarem.*

Vejamos, a seguir, importantes entendimentos do STF sobre a licitude/ilicitude de provas:

- 1) É **ilícita** a prova obtida por meio de **interceptação telefônica sem autorização judicial**.
- 2) São **ilícitas** as provas obtidas por meio de **interceptação telefônica determinada a partir apenas de denúncia anônima**, sem investigação preliminar.
- 3) São **ilícitas** as provas obtidas mediante gravação de conversa informal do indiciado com policiais, por constituir-se tal prática em **“interrogatório sub-reptício”**, realizado sem as formalidades legais do interrogatório no inquérito policial e sem que o indiciado seja advertido do seu direito ao silêncio.<sup>61</sup>
- 4) São **ilícitas** as provas obtidas mediante **confissão durante prisão ilegal**. Ora, se a prisão foi ilegal, todas as provas obtidas a partir dela também o serão.
- 5) É **lícita** a prova obtida mediante **gravação telefônica feita por um dos interlocutores** sem a autorização judicial, caso haja **investida criminosa** daquele que desconhece que a gravação está sendo feita. Nessa situação, tem-se a legítima defesa.
- 6) É **lícita** a prova obtida por **gravação de conversa telefônica** feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, quando **ausente causa legal de sigilo ou de reserva da conversação**.<sup>62</sup>
- 7) É **lícita** a prova consistente em **gravação ambiental** realizada por **um dos interlocutores sem o conhecimento do outro**.<sup>63</sup>

### USO DE ALGEMAS

*Súmula Vinculante nº 11 do STF:*

*Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.*

i. Mnemônico:

**P**erigo à integridade física própria ou alheia;

**R**esistência;

**F**undado receio de fuga.

SIGILO BANCÁRIO

- i. O sigilo bancário é composto pelos dados e informações constantes nas contas correntes e aplicações diversas em instituições financeiras, sendo proibida a divulgação indevida, de modo a preservar a intimidade do titular.
- ii. Os recursos públicos não estão abrangidos pelo sigilo bancário.
- iii. Conforme jurisprudência do STJ, o Fisco poderá requerer informações bancárias diretamente das instituições financeiras em processo administrativo tributário. No entanto, se o intuito é utilizar os dados em processo criminal, dependerá de autorização judicial.

**DIREITOS HUMANOS - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**

A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH ou UDHR pela sigla em inglês), **adotada pela Assembleia-Geral da ONU em 1948, pela Resolução ONU nº 217-A**, é o **principal instrumento do Sistema Global** e a principal contribuição para a **universalização da proteção ao ser humano**.

Consagra que os **direitos de liberdade** (de primeira dimensão) e os **direitos de igualdade** (de segunda dimensão) possuem igual valor e devem ser assegurados com a maior efetividade possível.

Nota-se que as Guerras Mundiais impactaram no surgimento da ONU e no desenvolvimento de normas voltadas para a defesa dos direitos humanos. A DUDH, nesse contexto, marca a **internacionalização dos Direitos Humanos**.

**A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS É VINCULANTE, EMBORA TENHA SIDO EDITADA COMO RESOLUÇÃO, POIS:**

É interpretação autorizada da expressão "direitos humanos" da Carta das Nações Unidas.

Transformou-se ao longo dos anos em norma internacional costumeira ou princípio geral do direito internacional.

Exerce impacto nas constituições dos Estados.

Serve como fonte para as fundamentações de decisões das cortes internacionais.

## POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O início do **preâmbulo da DUDH** proclama os **fundamentos** que levaram à edição da resolução. Em termos sintéticos, podemos afirmar que o fundamento básico da DUDH é **a defesa dignidade**.

Também é fundamento da DUDH busca pela **manutenção de relações amistosas entre os Estados**, sempre priorizando os direitos do homem.

### DIREITOS ALBERGADOS

---

- Direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal;
- Proibição à escravidão e à servidão;
- Proibição à tortura e ao tratamento cruel, desumano ou degradante;
- Reconhecimento da personalidade jurídica (sujeito de direitos);
- Direito à igualdade;
- Proibição da prisão arbitrária;
- Direito a justa e pública audiência perante um tribunal independente e imparcial;
- Presunção de inocência;
- Proteção à vida privada;
- Liberdade de locomoção;
- Direito de asilo (não invocável em caso de perseguição legitimamente motivada por crime de direito comum)
- Direito à nacionalidade;
- Direito de contrair matrimônio e fundar uma família;
- Direito de propriedade;
- Direito à liberdade de pensamento, consciência e religião;
- Direito à liberdade de reunião e associação pacífica;
- Direito de participação política (fazer parte do governo do país);
- Garantia de acesso ao serviço público do país;
- Direito segurança social;
- Direito ao trabalho;
- Direito ao repouso e lazer;
- Direito a padrão de vida capaz de assegurar saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis;
- Direito instrução (educação); e
- Direito participar livremente da vida cultural

---

### PRINCÍPIO DA IGUALDADE

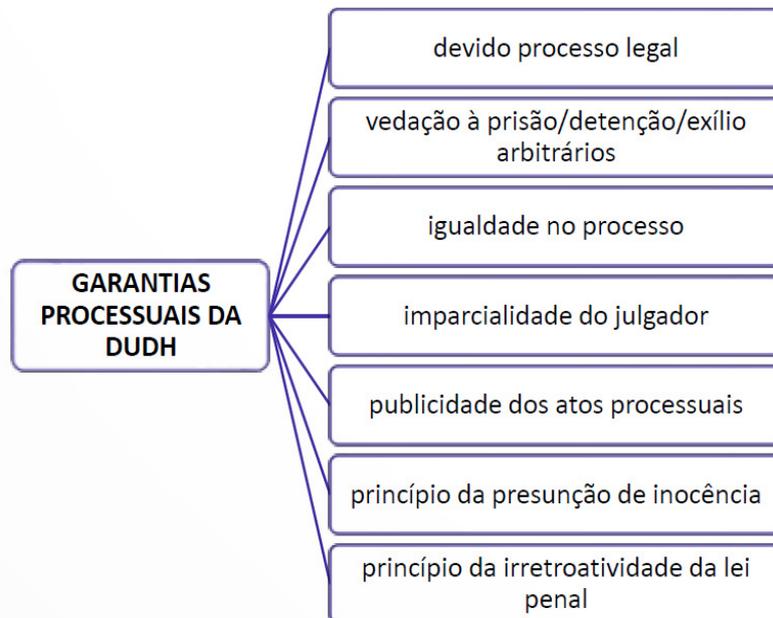
- Consagrado na DUDH o princípio da **igualdade formal (igualdade na lei)**; e
- Consagrado o princípio da **igualdade material (igualdade perante a lei ou isonomia)**

## PRINCÍPIOS/DIREITOS HUMANOS ESSENCIAIS

- Princípio da igualdade
- Direito à vida
- Direito à liberdade
- Direito à segurança
- Direito à propriedade

Para a doutrina especializada em direitos humanos a vedação à tortura e à escravidão constituem direitos humanos absolutos.

## GARANTIAS PROCESSUAIS DA DUDH



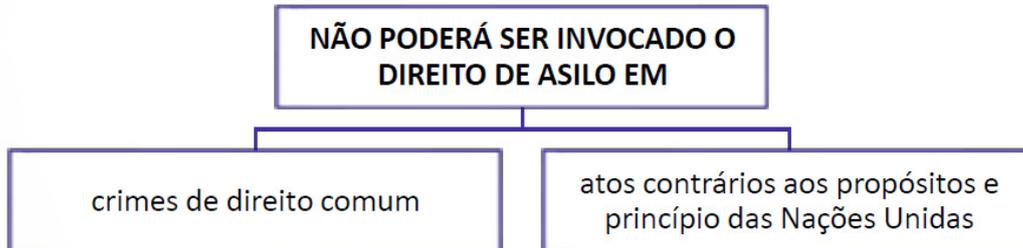
## DIREITO DE IR E VIR

- Direito de transitar pelo país
- Direito de deixá-lo livremente
- Direito de regressar ao país quando desejar

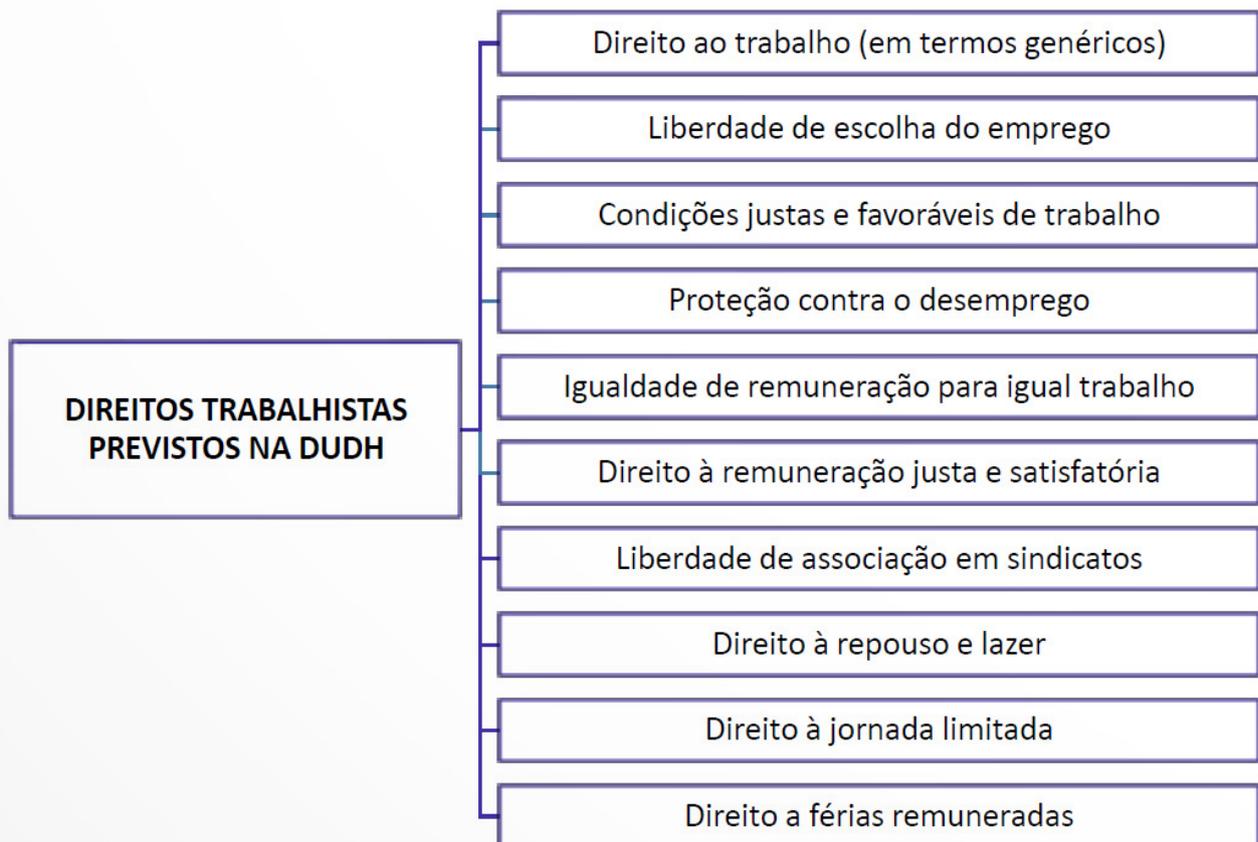
## DIREITO DE ASILO

Prerrogativa conferida à pessoa que é alvo de perseguição política, racial ou por convicções religiosas em seu país de origem, de ser protegida por outros países.

Não poderá ser invocado o direito de asilo em:



## DIREITOS TRABALHISTAS



## DIREITO DE REUNIÃO

**Conceito:** manifestação coletiva de uma liberdade de expressão, exercitada por meio de uma associação transitória por um grupo de pessoas, com a finalidade de trocar ideias, de promover a defesa de interesses comuns e de efetuar a publicidade de problemas e de determinadas reivindicações.

Segundo os doutrinadores, o direito de reunião é, ao mesmo tempo:

- um direito individual - em relação a cada um de seus participantes; e
- um direito coletivo - no tocante a seu exercício conjunto.

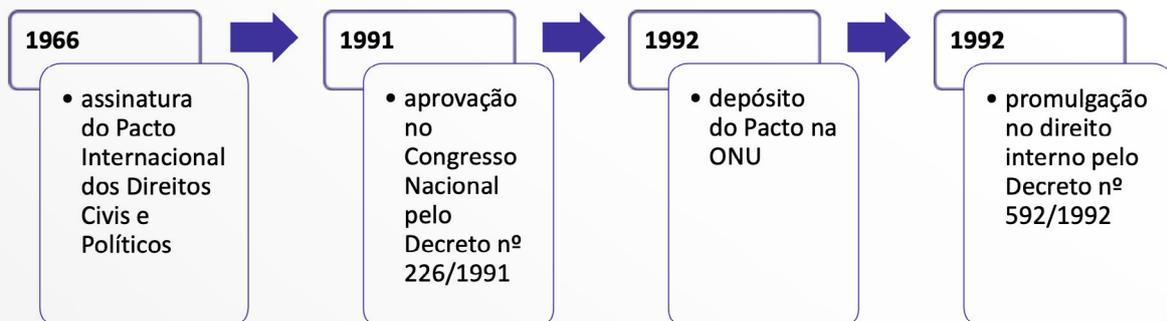
## DIREITO À INSTRUÇÃO

- grau elementar: gratuita e obrigatória
- grau fundamental: gratuita
- grau técnico-profissional: acessível a todos
- grau superior: acessível a todos e baseada no mérito

## DIREITOS CULTURAIS

- O primeiro deles aborda o direito de livre participação na vida cultural, nas artes e no processo científico;
- O segundo diz respeito à garantia dos interesses morais (subjetivos) e materiais (objetivos) relativos à produção cultural.

## PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS



**DIREITOS RECONHECIDOS NO PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS**

- **igualdade entre homens e mulheres;**
- **vida;**
- **proibição de tortura e de penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes;**
- **proibição de escravidão, de servidão e de submissão a trabalho forçado;**
- **liberdade e segurança pessoal;**
- **integridade do preso;**
- **não prisão por descumprimento de obrigação contratual;**
- **direito de circulação;**
- **juízo natural;**
- **presunção de inocência;**
- **tipicidade penal;**
- **personalidade jurídica;**
- **vida privada;**
- **liberdades de pensamento, consciência e religião;**
- **liberdade de expressão;**
- **direito de reunião;**
- **direito de associação, inclusive constituir sindicatos;**
- **proteção à família;**
- **proteção à criança;**
- **direito de participação política;**
- **igualdade perante a lei e igual proteção da lei; e**
- **proteção às minorias.**

De acordo com a doutrina, existem duas hipóteses excepcionais em que é permitida a derrogação temporária das obrigações decorrentes do Pacto, quais sejam:

**1ª hipótese:** decretação de Estado de emergência; e

**2ª hipótese:** quando necessário à segurança nacional ou à ordem pública.

Existe um rol de direitos que NÃO poderão ser suspensos, ainda que seja decretado o estado de emergência:

- direito à vida;
- vedação à tortura;
- vedação à escravidão, servidão ou trabalhos forçados;
- vedação à prisão do depositário infiel;
- princípio da anterioridade penal, da vedação à aplicação da lex gravior e aplicação da lei considerada mais benéfica ao condenado;
- reconhecimento da personalidade jurídica; e
- liberdade de pensamento, de consciência e de religião.

## Direitos de natureza penal

Ao ser presa a pessoa deve ser informada das razões da prisão, bem como informada do teor da acusação.

A pessoa presa, acusada de crime, deve ser julgada por juiz, com regular função judicial, que deverá analisar o processo em tempo razoável.

A prisão preventiva não pode constituir a regra geral. Será utilizada apenas em situações excepcionais.

## Garantias Processuais

### Direitos e Garantias processuais

- tratamento igualitário entre as partes
- direito de ser ouvida publicamente
- julgamento pelo juiz natural
- atuação independente e imparcial do Juiz
- presunção de inocência
- deve ser informado da natureza da prisão e dos motivos
- ampla defesa
- contraditório
- defesa técnica
- celeridade
- duplo grau de jurisdição
- indenização em caso de erro judicial
- vedação ao bis in idem
- princípio da legalidade penal
- princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa e da retroatividade da lei penal mais benéfica ao réu.

A publicidade poderá ser restringida em razão de:

moral pública

ordem pública

segurança nacional

interesse de menores

controvérsia  
matrimonial

tutela de menores

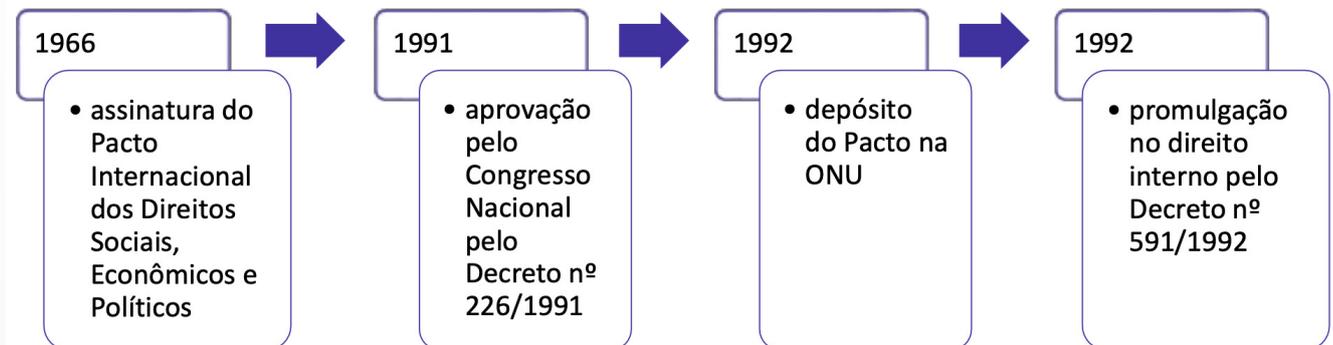
## Direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião

<b>LIBERDADE DE PENSAMENTO</b>	A liberdade de pensamento constitui a possibilidade de pensar e defender um ponto de vista acerca de um fato ou ideia, independente das visões dos outros. É um conceito amplo.
<b>LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA</b>	A liberdade de consciência, por sua vez, já um pouco mais restrita, refere-se a qualquer concepção política, religiosa ou filosófica.
<b>LIBERDADE DE RELIGIÃO</b>	A liberdade de religião, por fim, manifesta-se na faculdade de professar uma religião segundo sua escolha, assim como a prerrogativa de não adotar religião alguma.

### Comitê de Direitos Humanos

- ↳ Eleição secreta de 18 membros entre os nacionais dos países membros do PIDCP (cada Estado poderá indicar dois candidatos).
- ↳ O Comitê não poderá ter mais de uma nacional de um mesmo Estado.
- ↳ O mandato é de 4 anos, admitida a reeleição.
- ↳ Gera vacância do cargo: deixar de atuar, morte ou renúncia.
- ↳ Uma das principais atribuições do Comitê é a análise dos relatórios. Os Estados membros comprometem-se a submeter relatórios ao Comitê anualmente e sempre que solicitado pelo órgão.
- ↳ Outra função importante do Comitê é analisar as comunicações interestatais, instrumento que permite que um Estado-parte denuncie o descumprimento das regras do PIDCP por outro Estado-parte. É importante registrar que o Estado deverá previamente declarar a aceitação desse mecanismo para que a comunicação seja recebida. Se esse documento não estiver depositado na ONU, não será admitida a comunicação interestatal.

### Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais



Direitos

**DIREITOS RECONHECIDOS NO PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS**

- direito ao trabalho;
- direito a condições de trabalho justas e favoráveis;
- liberdade sindical, compreendendo o direito de fundar sindicatos, filiar-se a sindicatos e o direito de greve;
- segurança social, incluindo os seguros sociais;
- proteção e assistência à família;
- direito a um nível de vida adequado para si e sua família, inclusive alimentação, vestimenta e moradia;
- direito a desfrutar do melhor estado de saúde física e mental possível;
- direito à educação;
- direito a participar na vida cultural; e
- direito de gozar dos benefícios científicos.

**1ª REGRA:** não é admitida interpretação capaz de abolir ou restringir direito assegurado.

**2ª REGRA:** a legislação interna do país não poderá ser aplicada quando prever regras menos favoráveis que as constantes do Pacto.

DIREITO À EDUCAÇÃO

**INSTRUÇÃO BÁSICA**

- Deve ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos.

**INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA**

- Deve ser generalizada e, por meio de implementação progressiva, deverá ser acessível gratuitamente a todos.

**INSTRUÇÃO SUPERIOR**

- Por meio de implementação progressiva, deverá ser acessível gratuitamente a todos com base na capacidade de cada um.

## LEGISLAÇÃO - LEI Nº 13.869/2019 – LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

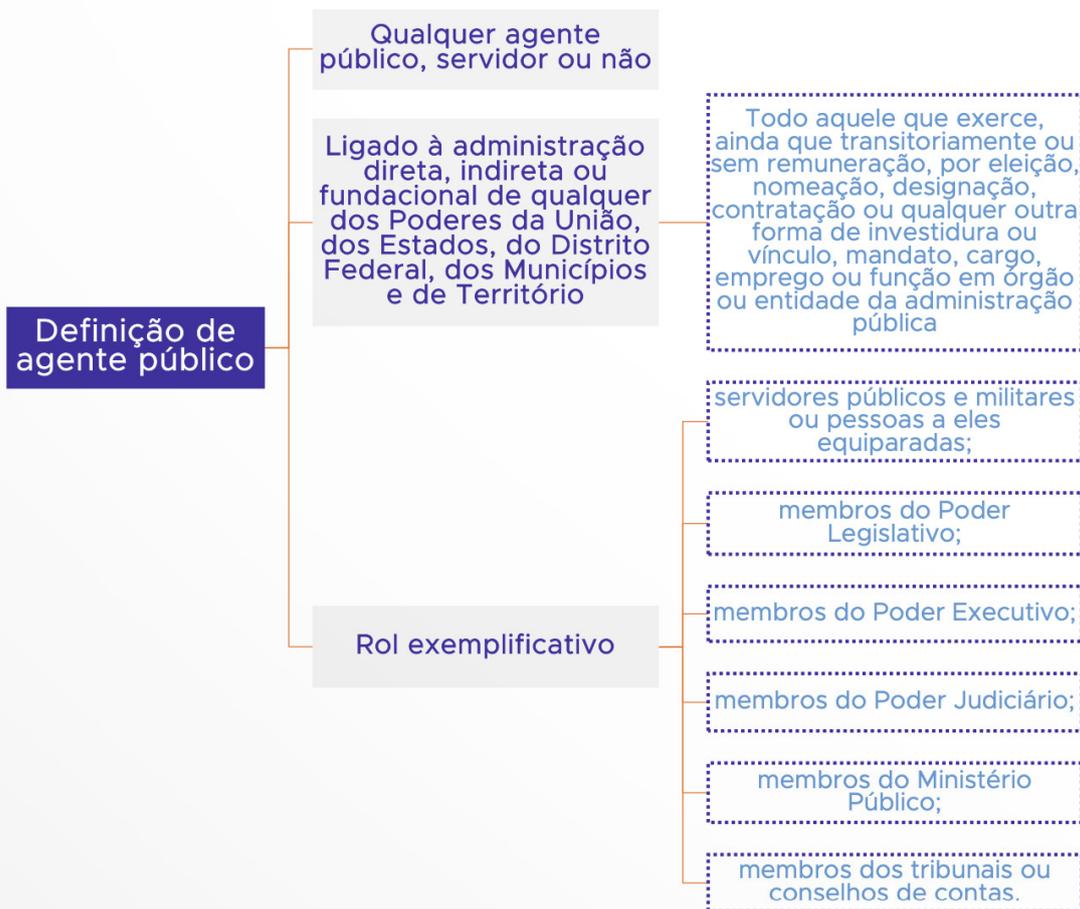
Os crimes previstos na Lei no 13.869/2019 são próprios, ou seja, só podem ser praticados por “agentes públicos”

As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de **prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.**

**A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.**

### DOS SUJEITOS DO CRIME

A lei determina quem pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade. Mais uma vez lembro a você que se trata de um crime próprio, ou seja, um crime que só pode ser praticado por algumas pessoas específicas, no nosso caso, agentes públicos.



## DA AÇÃO PENAL

Os crimes previstos nesta Lei são de **ação penal pública incondicionada**.

A **ação penal privada subsidiária da pública, tem lugar quando o Ministério Público fica inerte**. Neste caso a vítima pode oferecer a queixa, mas isso não significa que o Ministério Público não terá lugar no decorrer da ação penal.

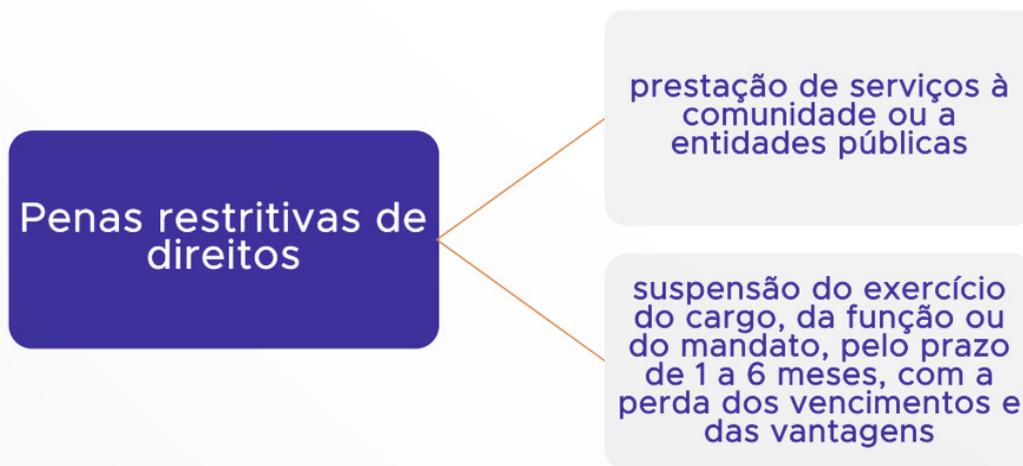
**O prazo para apresentação da queixa na ação penal privada subsidiária da pública é de 6 meses** contados da data em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público.

## DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO E DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

O primeiro efeito é a **obrigação de indenizar o dano causado pelo crime**, conforme valor fixado na sentença.

O segundo efeito é a **inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos, e o terceiro é a perda do cargo, mandato ou função**. Esses dois são condicionados à reincidência e, além disso, não são automáticos. O juiz deve declarar expressamente na sentença a perda do cargo, mandato ou função, ou a inabilitação, indicando o período pelo qual esta será observada.

### DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS



## **DAS SANÇÕES DE NATUREZA CIVIL E ADMINISTRATIVA**

As penas previstas nesta Lei serão aplicadas **independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis**.

O art. 7 traz uma exceção a essa independência das instâncias de responsabilização. **A esfera criminal tem uma espécie de “superpoder”**, pois quando **ela decide sobre a existência do fato e sobre a sua autoria, as outras esferas devem seguir esse entendimento**.

Se no processo penal se reconhece que o fato não ocorreu ou que, tendo ocorrido, o réu não foi seu autor, ele não poderá ser responsabilizado nas esferas civil e administrativa.

**Faz coisa julgada em âmbito cível**, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em **estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito**.

## **DOS CRIMES E DAS PENAS**

Destacamos a seguir os principais crimes e respectivas penas:

*Art. 9º Decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena a autoridade judiciária que, dentro de prazo razoável, deixar de:*

*I - relaxar a prisão manifestamente ilegal;*

*II - substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou de conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível;*

*III - deferir liminar ou ordem de habeas corpus, quando manifestamente cabível.*

*Art. 10. Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

*Art. 12. Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem:*

*I - deixa de comunicar, imediatamente, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou;*

*II - deixa de comunicar, imediatamente, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada;*

*III - deixa de entregar ao preso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão e os nomes do condutor e das testemunhas;*

*IV - prolonga a execução de pena privativa de liberdade, de prisão temporária, de prisão preventiva, de medida de segurança ou de internação, deixando, sem motivo justo e excepcionalíssimo, de executar o alvará de soltura imediatamente após recebido ou de promover a soltura do preso quando esgotado o prazo judicial ou legal.*

*Art. 13. Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a:*

*I - exhibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública;*

*II - submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei;*

*III - produzir prova contra si mesmo ou contra terceiro:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência.*

*Art. 15. Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem prossegue com o interrogatório:*

*I - de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio; ou*

*II - de pessoa que tenha optado por ser assistida por advogado ou defensor público, sem a presença de seu patrono.*

*Violência Institucional* (Incluído pela Lei nº 14.321, de 2022)

*Art. 15-A. Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade:*

*I - a situação de violência; ou*

*II - outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização:*

*Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.* (Incluído pela Lei nº 14.321, de 2022)

*§ 1º Se o agente público permitir que terceiro intimide a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena aumentada de 2/3 (dois terços).*

*§ 2º Se o agente público intimidar a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena em dobro.*

*Art. 16. Deixar de identificar-se ou identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura ou quando deva fazê-lo durante sua detenção ou prisão:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, como responsável por interrogatório em sede de procedimento investigatório de infração penal, deixa de identificar-se ao preso ou atribui a si mesmo falsa identidade, cargo ou função.*

*Art. 18. Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

*Art. 19. Impedir ou retardar, injustificadamente, o envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente para a apreciação da legalidade de sua prisão ou das circunstâncias de sua custódia:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena o magistrado que, ciente do impedimento ou da demora, deixa de tomar as providências tendentes a saná-lo ou, não sendo*

*competente para decidir sobre a prisão, deixa de enviar o pedido à autoridade judiciária que o seja.*

*Art. 20. Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem impede o preso, o réu solto ou o investigado de entrevistar-se pessoal e reservadamente com seu advogado ou defensor, por prazo razoável, antes de audiência judicial, e de sentar-se ao seu lado e com ele comunicar-se durante a audiência, salvo no curso de interrogatório ou no caso de audiência realizada por videoconferência.*

*Art. 21. Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem mantém, na mesma cela, criança ou adolescente na companhia de maior de idade ou em ambiente inadequado, observado o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).*

*Art. 22. Invadir ou adentrar, clandestina ou astuciosamente, ou à revelia da vontade do ocupante, imóvel alheio ou suas dependências, ou nele permanecer nas mesmas condições, sem determinação judicial ou fora das condições estabelecidas em lei:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

*§ 1º Incorre na mesma pena, na forma prevista no caput deste artigo, quem:*

*I - coage alguém, mediante violência ou grave ameaça, a franquear-lhe o acesso a imóvel ou suas dependências;*

*II - (VETADO);*

*III - cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h (vinte e uma horas) ou antes das 5h (cinco horas).*

*§ 2º Não haverá crime se o ingresso for para prestar socorro, ou quando houver fundados indícios que indiquem a necessidade do ingresso em razão de situação de flagrante delito ou de desastre.*

*XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;*

*Art. 23. Inovar artificiosamente, no curso de diligência, de investigação ou de processo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de eximir-se de responsabilidade ou de responsabilizar criminalmente alguém ou agravar-lhe a responsabilidade:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem pratica a conduta com o intuito de:*

*I - eximir-se de responsabilidade civil ou administrativa por excesso praticado no curso de diligência;*

*II - omitir dados ou informações ou divulgar dados ou informações incompletos para desviar o curso da investigação, da diligência ou do processo.*

*Art. 24. Constranger, sob violência ou grave ameaça, funcionário ou empregado de instituição hospitalar pública ou privada a admitir para tratamento pessoa cujo óbito já tenha ocorrido, com o fim de alterar local ou momento de crime, prejudicando sua apuração:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.*

*Art. 25. Proceder à obtenção de prova, em procedimento de investigação ou fiscalização, por meio manifestamente ilícito:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem faz uso de prova, em desfavor do investigado ou fiscalizado, com prévio conhecimento de sua ilicitude.*

*Art. 27. Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Não há crime quando se tratar de sindicância ou investigação preliminar sumária, devidamente justificada.*

*Art. 28. Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada ou ferindo a honra ou a imagem do investigado ou acusado:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

*Art. 29. Prestar informação falsa sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo com o fim de prejudicar interesse de investigado:*

*Art. 30. Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

*Art. 31. Estender injustificadamente a investigação, procrastinando-a em prejuízo do investigado ou fiscalizado:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, inexistindo prazo para execução ou conclusão de procedimento, o estende de forma imotivada, procrastinando-o em prejuízo do investigado ou do fiscalizado.*

*Art. 32. Negar ao interessado, seu defensor ou advogado acesso aos autos de investigação preliminar, ao termo circunstanciado, ao inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, assim como impedir a obtenção de cópias, ressalvado o acesso a peças relativas a diligências em curso, ou que indiquem a realização de diligências futuras, cujo sigilo seja imprescindível:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

*Art. 33. Exigir informação ou cumprimento de obrigação, inclusive o dever de fazer ou de não fazer, sem expresso amparo legal:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se utiliza de cargo ou função pública ou invoca a condição de agente público para se eximir de obrigação legal ou para obter vantagem ou privilégio indevido.*

*Art. 36. Decretar, em processo judicial, a indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapole exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida da parte e, ante a demonstração, pela parte, da excessividade da medida, deixar de corrigi-la:*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

*Art. 37. Demorar demasiada e injustificadamente no exame de processo de que tenha requerido vista em órgão colegiado, com o intuito de procrastinar seu andamento ou retardar o julgamento:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

**O que você achou deste e-book?**

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

**Não é assinante?**

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

**Conheça nosso sistema de questões!**

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

